



ATA N.º 7/2014

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 09,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

PONTO 2. – AUDITOR EXTERNO – RELATÓRIO SEMESTRAL.

PONTO 3 - 1ª REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º30/DGF/2014.

PONTO 4 - PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 3º TRIMESTRE DE 2014. INFORMAÇÃO Nº32/DGF/2014.

PONTO 5 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº26/SC/2014.

PONTO 6 - REDUÇÃO DO MONTANTE DO EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO A CONTRATAR E DESTINADO À CONSOLIDAÇÃO DE PASSIVOS FINANCEIROS. - AJUSTAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. – APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS ADENDAS -. PROPOSTA N 113/GAP/14.

PONTO 7 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. - VERSÃO DEFINITIVA. PROPOSTA Nº 115/GAP/2014.

PONTO 8 - ATUALIZAÇÃO DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELA LICENÇA DE OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO NOS MERCADOS E FEIRAS MUNICIPAIS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 104/2014.

PONTO 9 - PROJETO DE REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE CHAVES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 112/DDSTC/2014.

PONTO 10 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO POLÍTICO TENDO COMO OBJETO A GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA, ATUALMENTE GERIDOS PELAS REGUESIAS DO CONCELHO E SUA



INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. PROPOSTA Nº. 112/GAP/2014.

PONTO 11 - APROVAÇÃO DA MATRIZ DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E AS DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 122/GAP/2014.

PONTO 12 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO DE CHAVES E A EHATB – ANO 2015. PROPOSTA 125/GAP/2014.

PONTO 13 - PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. PROPOSTA Nº 124/GAP/14.

PONTO 14 - PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM - CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIO: GFW GROWING FRESH WORLD, S.A. PROPOSTA N.º 32/GNE/2014.

PONTO 15 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS. PROPOSTA Nº. 120/GAP/2014.

PONTO 16 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS. PROPOSTA Nº. 120/GAP/2014.

PONTO 17- CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROMESSA DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS. PROPOSTA Nº. 121/GAP/2014.

PONTO 18 - AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIÁ. PROPOSTA Nº. 116/GAP/2014.

PONTO 19 – JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO INFORMAÇÃO DDSC Nº198/SE Nº75/2014.

PONTO 20 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA, TINTEIROS E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2014/2015. INFORMAÇÃO/DDSC Nº207/SE Nº81/2014.

PONTO 21 – RECONSTRUÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE



ISENÇÃO DE IMI E/OU IMT – MARIA DAS DORES CARNEIRO TEIXEIRA – TRAVESSA DAS COURAÇAS N.º 7, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA SRA. ARQ.ª SOFIA COSTA GOMES DE 08.10.2014.

PONTO 22 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DEFINITIVA DO “PARQUE DE JOGOS DE VILAR DE NANTES”. DOAÇÃO DA NUA PROPRIEDADE. PETICIONÁRIA: JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE NANTES. PROPOSTA Nº 126/GAP/2014.

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Maria Manuela Pereira Tender

Francisco António Taveira Ferreira

Francisco José Gonçalves Oliveira

José Carlos Matos da Conceição

Higino Domingos Ferreira da Silva

Altamiro da Ressurreição Claro

Francisco António Pinto de Barros

Nuno André Coelho Chaves

Manuel Guerra Afonso

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

Usaram da palavra:

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SILVA PRETO do MAI – Cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“1- Constata-se que as obras no largo do Arrabalde, relativas ao Museu do Balneário Romano, embora estejam a decorrer, o que até parece que não é mau face ao percurso de mais de uma década que se levou a chegar a este ponto, não estarão terminadas até final do corrente mês/ano, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente da Câmara mencionou nesta Assembleia. Fomos informados que todas as faturas da obra apresentadas após, o final do corrente ano perderá parte da participação e pretendemos saber quanto é que os Flavienses vão ter que pagar a mais pelo atraso na sua conclusão.

2 – Sobre o Orçamento Participativo, cujo Regulamento foi aprovado por esta Assembleia Municipal no passado mês de Abril, e nele consta a existência de um Conselho do Orçamento Participativo, que faz parte da Equipa Coordenadora do Processo e que é também integrado pelos líderes dos Grupos Municipais com assento nesta Assembleia, com as respetivas competências definidas no n.º 4 da sua cláusula 7.ª, donde resulta, logo da alínea a), que lhe compete “acompanhar o processo em todas as suas fases de desenvolvimento”. Através de órgãos de comunicação social e redes sociais, chegou-nos a informação de propostas que foram apresentadas e aceites. O Sr. Presidente da Câmara falou publicamente sobre o assunto mas, na verdade, nunca fomos solicitados nem ouvidos ou achados no âmbito do Conselho do Orçamento Participativo. Chegou-nos inclusivamente uma reclamação apresentada por um munícipe relativamente a uma proposta que apresentou e, na verdade, nem sei bem o que lhe dizer porque, em bom rigor, e sendo eu um membro integrante do mencionado Conselho, até hoje nunca me foi



comunicado nada relativamente ao Orçamento Participativo. Afinal, Sr. Presidente da Câmara, o Regulamento foi alterado e nós não sabemos? Existe, ou não, Conselho do Orçamento Participativo? Esclareça-nos por favor.

3 - Como é do conhecimento desta Assembleia, constando todos os factos da última ata que hoje aqui foi aprovada, ainda não tivemos até ao momento qualquer resposta sobre o parecer jurídico que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal afirmou ter pedido, diga-se, ao arripio da lei, à CCDRN.

A questão em causa era apenas saber se esta Assembleia, como órgão deliberativo e fiscalizador, tem ou não competência para deliberar sobre uma Auditoria Financeira Externa às contas da Câmara Municipal de Chaves, tal como eu requeri, em nome do grupo do MAI, e ao abrigo das possibilidades legais que tenho, enquanto membro desta Assembleia.

Lamentamos que nunca nos tenha sido fornecida cópia do ofício ou pedido do parecer que foi enviado à CCDRN; lamentamos que passados três meses não nos tenha sido dada qualquer resposta; mas já não lamentamos que ao fim desses três meses a CCDRN ainda não tenha conseguido arranjar argumentos para dar o parecer no sentido pretendido.

Somos novos na política ativa mas não somos inocentes. E não são quaisquer expedientes, por mais hábeis que sejam, que nos vão impedir de cumprir com os Flavienses aquilo que lhes foi prometido na campanha eleitoral, pelo menos por nós, que temos palavra.

Em face do que acabamos de referir, comunicamos a todos os presentes e a todos os Flavienses, aos quais iremos fazer chegar esta mensagem, que o grupo dos membros diretamente eleitos pelo MAI com assento nesta Assembleia, requereu à Inspeção Geral de Finanças a auditoria às Contas que o executivo camarário quer impedir, evitando desse modo a total transparência que deve ser obrigatória quando são dinheiros públicos que estão em causa.

E, se por qualquer razão, a Inspeção Geral de Finanças não se disponibilizar a levar a cabo a auditoria, o que não concebemos, recorreremos a outras instâncias para que seja ordenada.

É pois, desta forma, que mais uma vez dizemos aos Flavienses que confiaram em nós, que continuaremos a batalhar com todos os meios legais que temos ao nosso alcance para contribuirmos para um município que se quer absolutamente transparente”.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou os presentes e disse que esta sua intervenção foi motivada sobretudo por uma entrevista dada pelo Senhor Presidente da Câmara, na comunicação social, em que faz o balanço do primeiro ano do seu mandato.

“Isso fez despertar em nós a necessidade de fazer uma avaliação com base em factos. Entendemos que o Senhor Presidente da Câmara está em estado de negação porque se recusa a aceitar a realidade, o que é grave e preocupante. Se o estado não for de negação, como parece pelas declarações que tem feito para a comunicação social, então a sua postura é reveladora de falta de respeito pela inteligência dos flavienses e pelas vivências e dificuldades quotidianas. Enquanto não for capaz de superar esse estado de negação não consegue dar o primeiro passo no



caminho certo. A análise que o Senhor Presidente da Câmara faz do primeiro ano de mandato é uma tentativa vã e inconsequente de escamotear um conjunto de desaires e de incapacidades próprias. Em nome da verdade e do rigor devia ter antes feito a «mea culpa» e ter pedido desculpa aos flavienses por ter contribuído ativamente para a falência das finanças municipais. Devia reconhecer que não foi capaz e não conseguiu encontrar a solução idónea e amiga dos flavienses para o descalabro financeiro a que conduziu as finanças municipais. Não se compreende que o Presidente da Câmara faça um balanço positivo do seu primeiro ano de mandato, quando nesse mesmo período, pouco mais de um ano, tenha encerrado o Pólo da UTAD, as Termas de Chaves foram encerradas e assim se mantêm, as duas unidades de cuidados continuados, com trinta e duas camas cessaram o seu funcionamento e ao mesmo tempo abriram idênticas valências nos Concelhos vizinhos de Boticas e Mirandela. Foi neste mesmo ano que a Câmara Municipal de Chaves, depois de sucessivos anos de negação, reconheceu publicamente, que estava em situação de emergência financeira e precisava de assistência urgente. Em pouco mais de um ano teve de recorrer à banca para pedir mais de vinte e sete milhões de euros para pagar despesa corrente. Este valor é quase o valor anual do orçamento global do município. Nesse mesmo período o Hospital de Chaves continuou a perder profissionais de saúde, capacidades e competências, agravando o acesso aos cuidados de saúde. A equidade e a acessibilidade a cuidados de saúde, em especial por parte dos mais desfavorecidos, têm sido continuamente postas em causa. A tudo isso o Senhor Presidente da Câmara responde com reuniões e contactos que mais não são do que promessas e intenções que nunca se concretizam.

A Unidade Local de Saúde, de cuja criação o Senhor Presidente da Câmara reclama a paternidade e os méritos, não passa de mero discurso inconsequente e, a acreditar nas palavras do Ministro da Saúde, que integra o Governo do PSD, não se concretizará. É o próprio governo do PSD que recusa a criação da ULS proposta pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves. Assim, é tempo de concitar energias e de apresentar soluções concretas. Os flavienses estão cheios de promessas e de amanhã dourados. As soluções concretas passam por aumentar o número de médicos, de especialidades, de cirurgias e sobretudo dar maior capacidade de resposta e elevar o padrão da qualidade do serviço de urgência. O problema não é a complexidade de gestão mas antes a falta de vontade de decisão. Tendo o PSD todo o poder – Presidente da República, Governo, Ministério da Saúde, Administração Regional de Saúde, Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, Câmara Municipal – não compreendemos que o Senhor Presidente da Câmara não tenha conseguido convencer os seus companheiros a sufragar a sua ideia da Unidade Local de Saúde. Não é compreensível e não é aceitável que nada tenha sido feito em prol da melhoria dos serviços prestados pelo Hospital de Chaves. Agora já não vale dizer que a culpa é do PS.

O Presidente da Câmara pretende lançar areia para os olhos dos flavienses fazendo de conta que os problemas que a Câmara sente é reparar os buracos das estradas e dos arruamentos, cuidar dos seus jardins e espaços públicos, manter limpa a cidade e as aldeias do concelho, que nada tem a ver com a difícil situação que a autarquia



atravessa. A incapacidade que a Câmara Municipal de Chaves tem revelado em fazer parcerias e conceder apoios às Associações e Instituições de relevante interesse social, cultural e desportivo, está intimamente ligada à má gestão autárquica. Se calhar quer fazer crer aos flavienses que muitos dos milhões de euros que a autarquia deve aos bancos e aos fornecedores não tem a ver consigo e foram responsabilidade de outros; desde janeiro de 2002 tem grandes responsabilidades na gestão autárquica. Como se pode aceitar que em treze anos a dívida total da Câmara Municipal quadruplicou, passando de pouco mais de catorze milhões de euros para mais de sessenta milhões. O Presidente não pode atribuir a culpa, que é sua, aos partidos da oposição e em especial aos flavienses, mas os penalizados são estes últimos. Somos todos nós que em 2015, em conjunto, vamos pagar mais um milhão de euros em IMI, quando o valor arrecadado em 2014 já deverá ficar acima dos três milhões de euros.

Somos nós que temos de utilizar as estradas e os caminhos esburacados e suportar os custos da manutenção e reparação das viaturas. A economia local, os comerciantes, os serviços, a restauração, os hoteleiros e os particulares que sofrem com o encerramento das Termas de Chaves; no último ano o efeito negativo para a economia local, decorrente do encerramento das termas deverá ter ficado acima dos cinco milhões de euros, que é muito dinheiro, especialmente neste período de desemprego e fraco desempenho económico.

Existe mais um custo para as finanças do Município, de forma direta, porque terá de suportar a falta de receita decorrente da não atividade das termas, que poderá superar os oitocentos mil euros. Se não fosse a receita do estacionamento à superfície, as contas da Empresa de Gestão de Equipamentos do Município poderia apresentar um prejuízo de mais de meio milhão de euros. Em nossa opinião o encerramento das termas por mais de um ano é da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal de Chaves que não soube ou não quis conceber um projeto e construir uma estratégia que assegurasse o funcionamento das termas em simultâneo com a execução da obra ou então fazer as obras num período temporal mais curto e fora da época alta. As termas permanecem encerradas, a economia local a depauperar-se e a Empresa Municipal a acumular prejuízos. A dúvida que existe na cabeça dos flavienses em geral é se a atividade das termas será retomada com normalidade e se o número de aqistas não decrescerá. Talvez a necessidade de tapar os buracos financeiros seja tanta que se não fosse a firme oposição dos vereadores do PS hoje estaríamos confrontados com o pagamento de estacionamento aos sábados de manhã. Se a estratégia da Câmara vai no sentido de promover o potencial turístico da cidade e do concelho então a decisão de manter encerradas as termas foi claramente “um tiro no porta-aviões”. Que estratégia existe se as termas estão encerradas; o Museu das Termas Romanas há sete anos que está em construção e não se sabe o que fazer com a Fundação, ou será antes Museu? Torna-se difícil saber o que esteve na base da construção da Fundação Nadir Afonso, investimento que pode superar os dez milhões de euros. Afinal não há, nem nunca houve um acordo firme com o Mestre Nadir Afonso, ou com a sua família, que definisse direitos e obrigações? Então construiu-se um edifício ao qual se chamou Fundação Nadir Afonso sem existir um contrato, sem que tivesse havido um



plano de negócios partilhado que identificasse as receitas e as despesas e as responsabilidades de cada uma das partes? Agora já não é Fundação mas sim Museu. Museu de quê e de quem? Quais são as obras de arte que vão ficar expostas, durante quanto tempo e com que custo. Quanto vai custar à Câmara Municipal de Chaves, por ano, a construção do edifício e respetivos acessos, manutenção e funcionamento do espaço, em especial a climatização, iluminação e pessoal, mas também quanto custará garantir o seu funcionamento, incluindo encargos com direção de projeto e direção técnica. Os flavienses têm curiosidade em conhecer o plano de negócios da Fundação, em especial o estudo económico-financeiro para poderem ter uma opinião fundamentada sobre a utilidade deste equipamento cultural. Quero continuar a acreditar que ele vai contribuir para o reforço da competitividade local, atraindo pessoas e atividades culturais geradoras de recursos e de receitas. Espero que este projeto seja sustentável e gere riqueza e emprego.

Quero partilhar uma preocupação que se relaciona com o desejo do Senhor Presidente da Câmara em concessionar o sistema de abastecimento de água municipal. Não podemos aceitar que a Câmara Municipal de Chaves pretenda despossar de um bem essencial as populações locais só porque precisa de vender património e direitos para tentar tapar buracos financeiros que ajudou a criar. Não podemos concordar com a privatização da água em baixa, ou seja o abastecimento de água aos clientes finais porque isso conduzirá, inevitavelmente ao aumento do preço e assim, ao acesso desigual. O acesso a água potável é um direito básico e as autarquias têm o dever de o assegurar em condições de igualdade para todos os cidadãos. Se a água for concessionada a garantia de igualdade no acesso estará, inevitavelmente posta em causa. Mas o mais grave é que a motivação que está por detrás desta intenção ou propósito é apenas de natureza economicista porque é para tentar amortizar a dívida à empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA que, no final de 2013 era superior a vinte e um milhões de euros. A água primeiro foi usada para financiar as despesas da Câmara e durante três anos, apesar de ter arrecadado receita com a venda de água e saneamento, não se pagou a fatura à Empresa, apesar de ter arrecadado receita de mais de doze milhões de euros.

Os factos expostos demonstram que a realidade desmente a análise positiva do primeiro mandato. Em nossa opinião este ano, pela sucessão de factos e acontecimentos só pode ser considerado como «anos horribilis».

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – cumprimentou os presentes e disse que iria falar, essencialmente sobre saúde.

“Depois da Assembleia Municipal extraordinária de Março de 2014, da qual saiu a deliberação da realização de uma Convenção Autárquica que o Senhor Presidente da Câmara e os seus colegas também Presidentes de Câmara tiveram o cuidado de esvaziar completamente de conteúdo. O tempo demonstra que o impacto dessa Convenção Autárquica foi nulo, de tal forma que já ninguém fala nela.

A degradação do sistema de saúde é comandada de cima. Neste momento é preciso perceber que existe um plano deliberado, do Ministério da Saúde para desarticular, completamente, o Serviço Nacional de Saúde e desse plano faz também parte o Hospital de Chaves. A Saúde do país está a ser desarticulada. Neste momento há



desvio de doentes na área oncológica em que saltam do Distrito para o Porto, para instituições públicas e privadas; nesta região os doentes cirúrgicos fazem “curto-circuito da unidade hospitalar de Chaves” e saltam para outras unidades hospitalares privadas ou de gestão privada e a degradação do serviço nacional de saúde vai a pique.

A questão já não está num artefacto criado pelo PSD, que continua a falar na Unidade Local de Saúde e vai conseguir estar os quatro anos de mandato, deste governo, e passar a batata quente, sem nunca assumir publicamente que não a vai fazer, servindo-se dela como um biombo para a gravíssima situação que a saúde está a atravessar. É preciso muito mais do que meras declarações de intenção. É preciso que de uma forma firme os autarcas falem a uma só voz, que se ouçam, sobre esta situação. Que exijam, que não seja esvaziado o hospital como o está a ser, de pessoas, de reagentes, de máquinas, de falta de material, chegando a uma situação caótica que ainda não é nada, comparado com o que ficará, se a epidemia de gripe este ano for como foi nos outros anos. Não é o anúncio de um milhão de euros para as obras do bloco operatório, porque isso não responde às necessidades do Hospital de Chaves. O hospital precisa de ser equipado com recursos humanos. Não podemos ter um bloco operatório sem anestesistas e enfermeiros. O grande investimento da anterior Administração do Centro Hospitalar foi a substituição da caixilharia. Agora é um milhão de euros, mas esse valor não aumenta valias ao funcionamento do hospital que neste momento tem várias alas que estão fechadas. Não há recursos humanos que são o que verdadeiramente faz falta. Isto não está certo e não me parece que seja apenas incompetência e irresponsabilidade.

Queria subscrever uma parte das preocupações que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou sobre a falta de perspetiva que não é só desta Câmara mas sim de todas as Câmaras que passaram anteriormente, porque nunca tiveram projetos de fundo e é também dos governos anteriores que asfixiaram financeiramente as autarquias e o interior do país.

Finalmente, ficando bem ao Partido Socialista a preocupação com a privatização da água em baixa, é bom não esquecer que quem abriu o caminho para a privatização em alta foi o Partido Socialista que agora tem de explicar e nunca o vi vir aqui fazer a “mea culpa” de que o caminho difícil no sentido da privatização da água na Região e no País foi feito pelo Partido Socialista, quando o Eng.º Sócrates era Ministro do Ambiente. Foi isso que abriu o caminho à asfixia financeira da autarquia e não é só a de Chaves; é de todas as autarquias do país que embarcaram por este caminho. Se formos ao Alentejo e Algarve, estão todas asfixiadas pelo mesmo princípio.

MARIA ZÉLIA VALOURA do CDS/PP – cumprimentou os presentes e seguida disse:

“Se olharmos para a história de muitas cidades mundiais verificamos que os rios estão associados tanto ao seu nascimento como ao seu desenvolvimento e Chaves não é exceção. A questão central que gira em torno do Rio Tâmega prende-se com a poluição do mesmo e das linhas de água a que a ele afluem, havendo alturas do ano em que só se fala de eutrofização do rio, fenómeno muito ligado à poluição do mesmo. Certamente todos gostariam de falar mais da criação e da requalificação de parques de lazer ribeirinhos e da revitalização do conceito de praia fluvial, aspetos que além de se revestirem de grande importância para o lazer e memória dos



flavienses, são importantes na atração turística, assim como o são outros equipamentos ligados a um rio limpo. Sabendo que a questão do rio Tâmega, nomeadamente a ligada à poluição, ultrapassa fronteiras gostaria de perguntar o que se tem feito no âmbito da cooperação transfronteiriça em relação à preservação do Rio Tâmega e seu ecossistema, especificamente no que diz respeito ao projeto Chaves/Verin - valorização do corredor ambiental do rio. De acordo com o Jornal "Voz da Galiza", de 13 de novembro último, em Lassa foram realizadas análises à água do Rio Tâmega verificando-se que os níveis de contaminação por chumbo e arsénio, ultrapassavam setecentas vezes o permitido para o arsénio e mil e novecentas para o chumbo, de acordo com a legislação espanhola. Com base nestes indicadores aqui tão próximos, e dado que o rio é o mesmo, tem sido feitas análises à água em Chaves para aferir os níveis de contaminação? Não devemos esquecer que a veiga de Chaves é irrigada pelo canal do açude e, estando a água contaminada irá, certamente, afetar esse espaço agrícola assim como a qualidade dos produtos e a saúde das pessoas, implicitamente. Daí ser uma forte convicção que o rio e a sua despoluição deveriam ser assuntos centrais na cooperação transfronteiriça. Será que nós por cá não poderíamos apostar na despoluição das linhas de água, ligando todos os seus efluentes às redes de saneamento, fiscalizando e fazendo cumprir o código de posturas municipais sobre estas matérias?

Gostaria de me referir à questão da violência doméstica e da importância do poder autárquico no combate a esta situação por ser o que está mais perto dos cidadãos. Praticamente todos os dias a comunicação social faz referência a casos, mesmo fatais, de vítimas de agressão com extrema violência no seu próprio lar e os casos não param de aumentar. Infelizmente o fenómeno não é novo. Tornou-se mais evidente nos últimos anos e Chaves não é indiferente a esta situação. Atendendo ao quinto plano nacional de prevenção e combate à violência doméstica e de género, que clama uma articulação de esforços entre entidades públicas e privadas, realçando os órgãos da administração local, por serem os que têm maior proximidade com as realidades existentes nas suas localidades, não seria importante para Chaves um plano municipal contra a violência doméstica que estabelecesse estratégias e parcerias para ajudar a acabar com este flagelo a que ninguém pode ficar indiferente e que tem o estatuto de crime público. Não será melhor agir por antecipação através de iniciativas concertadas com várias instituições para que estas iniciativas tomem várias formas de atuação, desde ações de sensibilização ao acolhimento institucional, até à colaboração na construção de projetos de vida, nos pressupostos de uma justiça restaurativa?

Na Biblioteca Municipal de Chaves há cada vez menos computadores a funcionar, não sendo o acesso à internet muito eficiente. Com possibilidade de impressão de documentos só existem três computadores e os dois restantes a funcionar, além de não terem ligação a impressoras, não têm o office instalado, o que limita a impressão de trabalhos essenciais como o word, o power point, o excel e outros. Estes são os mais utilizados e considerados essenciais à realização e apresentação de trabalhos, sobretudo académicos. Sendo as Bibliotecas espaços de estudo e de investigação, e cada vez mais procuradas para esse efeito, seria importante que a nossa Biblioteca



disponibilizasse os computadores ou mandasse reparar os que se encontram avariados, dotando-os dos programas mais solicitados e já referidos.

Sobre o Orçamento Participativo, segundo a cláusula sete, este é composto, entre outros, pelos líderes dos Grupos Municipais; de acordo com a linha c) da referida cláusula a competência desse Conselho é acompanhar o processo em todas as suas fases de desenvolvimento. Neste âmbito gostaria de obter uma explicação para o facto de nunca ter sido convocada para participar neste Conselho, no qual tenho assento e perguntar se já reuniu alguma vez”.

Terminou a sua intervenção dando nota de um email que recebeu de um cidadão flaviense que refere uma reclamação sobre o orçamento participativo de 2015 e, pelo seu teor, este assunto é do conhecimento da Câmara.

ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o euro-barómetro do desporto e da atividade física, realizado pela Comunidade Europeia nos vinte e oito estados membros em 2013, recentemente publicado, revela que 59% dos cidadãos da União Europeia nunca, ou raramente, fazem exercício ou pratica qualquer desporto pelo menos, uma vez por semana.

O relatório revela que a Europa do Norte é mais ativa do que a do sul (70% dos inquiridos na Suécia, 68% na Dinamarca e 66% na Finlândia praticam exercício físico pelo menos uma vez por semana). Na cauda está a Bulgária com apenas 23%, seguida de Malta com 25% e logo Portugal com 36%. Este relatório mostra que 70% dos cidadãos da União Europeia não são membros de qualquer clube que inclua a prática do desporto/exercício físico. Os resultados realçam a tendência alarmante para o crescente sedentarismo na infância e para os problemas de saúde associados, como a obesidade. O relatório conclui que as taxas de inatividade entre os cidadãos europeus continuam a ser inaceitavelmente altas e que existe uma acentuada preocupação decorrente dos resultados que apontam para a diminuição da atividade física entre as crianças e jovens que tem vindo a ser substituídos nos últimos anos por atividades mais sedentárias e menos saudáveis. Os resultados dos inquiridos revelam ainda que 39% dos participantes consideram que as autoridades locais não se empenham o suficiente e deveriam envidar mais esforços para encorajar os cidadãos a praticarem exercício físico.

Em relação ao exposto pergunta-se quais os clubes desportivos que o nosso concelho tem e que oferta apresentam. Todos conhecemos as atividades desportivas que aqui se praticam; são muito poucas e as que existem estão a ser asfixiadas pois os habituais subsídios foram cortados, ou não existem. Lembro que o clube da minha terra, que é o clube de fundação mais antiga do nosso concelho, suspendeu a sua atividade este ano porque não conseguiu o apoio habitual para o transporte e a inscrição da equipa. Isto é grave atendendo a que é um clube com mais de 52 anos de existência ininterrupta e tal não devia acontecer. Sei que há ajustamento financeiro mas também sei que há sempre alguma possibilidade de apoiar as associações que se dedicam à prática salutar do exercício físico.

Para além das associações desportivas existem as de caráter social que também estão neste caminho. Quero exortar a Câmara e o Senhor Presidente para que mesmo não podendo dar o subsídio habitual, o diminua mas que não o corte drasticamente.



O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** respondeu a Senhor deputado Francisco Preto, dizendo que, sem habilidades, se continua à espera da resposta da CCDRN, ao parecer que lhe foi solicitado. Logo que tenhamos resposta ela será enviada ao Senhor deputado.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou os presentes e antes de responder às intervenções feitas desejou a todos Festas Felizes e um Bom Ano de 2015. Disse que foi oferecido a todos um livro e gostaria que o entendessem apenas como um gesto de simpatia.

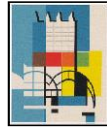
O Senhor deputado Francisco Preto referiu-se às obras do Largo do Arrabalde, no atraso verificado, e no valor que vai representar em termos de orçamento, a diminuição da comparticipação. Ainda não é líquido que haja diminuição de comparticipação porque não faz parte do regulamento da União Europeia; depende de despacho do governo. Esse despacho era para entrar em vigor em 2014, mas não aconteceu. Esperamos que em 2015 também não aconteça. Se acontecer a comparticipação diminuirá de 85 para 50%. Não tenho condições para lhe dizer quanto é que isso vai representar na medida em que só quando for aprovado o último auto de medição, que será elaborado a 30 de dezembro, é que conseguiremos saber qual é o volume de obra que transita para o ano de 2015.

Não tenho aventado a previsão da abertura do Museu porque, como as coisas não dependem completamente de nós, mas sim de terceiros, passamos a ser julgados por aquilo que os outros demorem a fazer.

A obra em causa revestiu-se de alguma dificuldade, estando a mais complexa resolvida. Está em fase da armação da laje e em breve será betonada. Estive na CCDRN há pouco tempo a expor a situação. Vivendo nós em situação de crise, esta não se reflete só na administração pública, mas sim em toda a sociedade. As próprias empresas também estão em situação de crise e quando isso acontece não subempreitam muito as obras porque não têm capacidade para pagar depois aos subempreiteiros e executam-nas com os meios próprios; dessa forma as obras arrastam-se. Hoje não há nenhuma empresa que não exija o pagamento, à cabeça, de 50% do custo da encomenda e quando não têm dinheiro vão fazendo as encomendas de uma forma lenta, não as fazendo de uma vez só.

Temos a passar para 2015 obras do ON, nomeadamente do Museu das Termas Romanas e do Balneário das Termas de Chaves em que se o governo mantiver o despacho, poderão ser penalizadas. As demais obras em curso são do PROVER e não estão sujeitas a essa penalização.

Sobre o Orçamento Participativo se os Senhores deputados Francisco Preto e Zélia Valoura tivessem lido atentamente o Regulamento, tinham verificado que 2014 foi apenas de fase experimental e por essa razão não foi acionado o Conselho. O Conselho do Orçamento Participativo é para acompanhar a democraticidade do processo. Quem vai decidir quais as obras a executar, através do Orçamento Participativo são os cidadãos, que vão votar e vão escolher as obras apresentadas. Este ano isso não aconteceu ficando essa responsabilidade no executivo municipal e a proposta apresentada foi aprovada por unanimidade na Câmara. O Orçamento Participativo entrará em vigor, em pleno, no ano de 2015 e terá três fases: a primeira decorrerá de janeiro a março, para as pessoas apresentarem ideias; a segunda



decorrerá de abril a junho e a Câmara Municipal irá transformar essas ideias num anteprojecto de arquitetura para ser votado nos meses de julho, agosto e setembro em função do orçamento disponível.

Sobre o pedido de auditoria o Senhor Presidente da Mesa já explicou a situação, mas devo esclarecer que não é pelo facto do MAI ter pedido essa auditoria que a Inspeção de Finanças vem a Chaves. O Município de Chaves está na lista dos municípios a ser inspeccionadas pelas Finanças desde 2012. Esperávamos que essa inspeção tivesse acontecido neste ano de 2014, mas virá, certamente, em 2015. De referir que em 2014 foram inspeccionados municípios que não faziam parte da lista e Chaves que constava não o foi, o que nos parece uma situação positiva.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro fez uma intervenção de carácter político. Efetivamente quem está na oposição vê sempre as coisas de uma maneira mais pessimista do que quem exerce o poder, o que é absolutamente normal. Já disse anteriormente nesta Assembleia que assumo inteiramente as responsabilidades relativas aos últimos três mandatos, mas o facto de ter participado no executivo municipal nesse período, não me pode limitar na ação e na possibilidade de poder dizer qual a realidade com que parto. É em função dessa realidade que tenho de gerir a minha atuação à frente da autarquia. Cada mandato começa com a sua própria realidade. A situação financeira do município não é boa e nunca o neguei. Sempre coloquei os números com verdade, muito longe dos sessenta milhões de euros que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro fez questão de referir. O passado é isso mesmo passado. O que importa é o ponto de partida e é a partir daí que esta Assembleia deve julgar este Executivo municipal pela sua atuação durante o mandato.

O Senhor deputado Nuno Vaz afirmou na sua intervenção que no decurso deste mandato já pedimos vinte e sete milhões de euros, o que não é verdade. Veio oportunamente à Assembleia Municipal um pedido de dezanove milhões de euros mas, como todos sabem, porque leram a ordem de trabalhos, vem hoje um documento, para conhecimento, que se reduziu de dezanove para treze milhões de euros. Essa é a realidade. Não são dezanove mas sim treze milhões, o valor do empréstimo que este Executivo está a pedir.

Não podem ser imputadas responsabilidades à Câmara Municipal fora das suas áreas de intervenção. As Câmaras Municipais exercem uma magistratura de influência mas não têm poder para fazer reverter as situações. Concordo com o Senhor deputado Manuel Cunha que a saúde tem vindo a degradar-se. Temos feito a necessária pressão junto dos Órgãos de tutela e recentemente prometeram-me que as consultas externas iriam ser dotadas de mais meios humanos. Sou de opinião que a Assembleia Municipal, se o entender, deve reforçar o pedido da Unidade Local de Saúde embora saiba que este modelo não é do agrado de toda a gente, mas entendo que não há outra solução. A criação do Centro Hospitalar foi um erro enorme e não interessa de quem foi a culpa. O modelo de Centro Hospitalar faz sentido para as cidades grandes e aí sim, poderá gerar economia. No nosso contexto em que dista cerca de 100 km (caso Chaves a Lamego), não faz sentido. Transferir um doente de Chaves para Vila Real não é a mesma coisa que transferir um doente do Hospital de Santo António, na cidade do Porto, para o hospital ao lado que faz parte do Centro Hospitalar do Santo António. É o modelo que deveria ser corrigido mas infelizmente



este governo ainda não percebeu isso porque está a querer poupar dinheiro pondo em causa a saúde das pessoas desta região.

De qualquer maneira penso que alguma coisa está a mudar. A título informativo há um senhor, meu conhecido, que recentemente foi a uma consulta de urologia a Vila Real e o médico que o consultou disse-lhe que a próxima consulta já seria feita no Hospital de Chaves.

Sobre as Termas eu já referi várias vezes o ponto da situação. Estamos no fecho de um Quadro Comunitário de Apoio e no início de outro. Em 2013 conseguimos apoio para requalificação do Balneário das Termas de Chaves e colocavam-se nos duas situações. Recusar esse apoio por não haver oportunidade de efetuar as obras devidamente, ou candidatar-mo-nos ao próximo QREN com a possibilidade, de sermos, ou não, contemplados com o mencionado apoio. O Balneário das Termas tem vindo a funcionar ao longo do tempo, sem o devido certificado da CERTIEL. Poderão dizer que aguentava a funcionar mais uns tempos nessa situação ilegal mas as coisas não são assim.

Se isso tivesse acontecido no início deste QREN a obra seria desenvolvida em fases: 1ª fase - obras gerais feitas durante o inverno (infraestruturas gerais, quadro elétrico geral, instalações mecânicas gerais, etc.; 2ª fase - no inverno de 2015 - ampliação e instalações gerais; 3ª fase - no inverno de 2016 uma ala e no inverno de 2017 a outra ala. Mas isso não acontece. O financiamento foi-nos atribuído em 2013 com a obrigação de fazer a obra em apenas um ano. Ainda se colocou a possibilidade de terminar uma ala mais cedo e colocá-la em funcionamento, mas mais uma vez o empreiteiro não cumpriu e isso penalizou-nos. Como já anteriormente referi este empreiteiro concorreu com um valor muito inferior ao valor base do concurso e por força das regras da contratação pública, tivemos de lhe entregar a empreitada; agora está a fazer tudo para recuperar o valor da diferença, na obra. Certamente se essa ala tem ficado concluída provavelmente teríamos prestado um mau serviço e os aquistas poderiam ficar mal impressionados e não é isso que pretendemos. É preferível sermos desejados do que indesejados. Se alguma coisa tivesse corrido mal e se tivéssemos sido notícia por que houve um acidente ou qualquer situação desagradável, o bom nome das Termas de Chaves ficava manchado.

Agora temos de ser criativos e apelativos para voltar a fidelizar os anteriores utentes e conquistar outros, oferecendo bons serviços num balneário requalificado.

Sobre a questão da água temos dois pontos na ordem de trabalhos que abordam este assunto e certamente que a discussão será mais adequada nessa altura.

A Senhora deputada Zélia referiu-se à poluição do Rio Tâmega. A situação já foi denunciada pela Câmara Municipal à Agência Portuguesa para o Ambiente e à Administração da Bacia Hidrográfica do Douro. Já foi apresentada também na Comissão mista transfronteiriça ficando os espanhóis de dar respostas.

Há uma poluição que é de circunstância e que se relaciona com as obras do comboio de alta velocidade – AVE – em que tem havido grande movimentação de terras. Concluídas as obras essa poluição certamente desaparecerá. A mesma situação tem aparecido no Rivelas, sobretudo quando chove muito, e tem a ver com construção do troço III da rodovia de acesso prioritário ao centro da cidade. É também uma poluição de circunstância que vai desaparecer quando as obras forem concluídas.



A falta de qualidade da água do Tâmega está relacionada com as alterações climáticas porque efetivamente o regime hídrico diminuiu. O rio Tâmega tem hoje muito menos caudal do que tinha há uns anos atrás; a água já chega sem qualidade ao Açude e não se faz ali uma praia fluvial por essa razão. Faltam parâmetros de qualidade da água.

Esta não é uma competência da Eurocidade e aguardamos que as respostas venham da Comissão Mista da Bacia Hidrográfica, Portugal Espanha, a quem foi colocada a situação por duas ocasiões.

Sobre a violência de género subscrevo inteiramente o que a Senhora deputada disse. A falta de computadores na Biblioteca está detetada; estamos a fazer uma reformulação do sistema informático em que ficaremos com apenas um posto de comando de internet, por virtude da instalação da fibra ótica no Centro Histórico, e todos os edifícios municipais serão ligados em rede, com a melhoria significativa da internet. Os computadores serão repostos.

O Senhor Vereador António Almeida referiu-se ao desporto e eu diria que fizemos algo extraordinário pelos flavienses, nesta área. A ciclovia construída ao longo das margens do rio levou a que um grande número de pessoas adquirisse o gosto pela caminhada; o número de pessoas a fazer este percurso de bicicleta é também muito considerável e são estas modalidades as mais recomendadas em termos de benefícios para a saúde. O Senhor deputado referiu concretamente o desporto de competição, não o de saúde e neste último é bom lembrar que criamos uma vertente denominada a atividade física sénior. Desejamos alargar isso a outros pontos do concelho, dentro das nossas capacidades financeiras, nomeadamente à Vila de Vidago que tem o Pavilhão da Escola adequado a esse efeito. Esta atividade tem tido uma adesão muito importante. Ajuda as pessoas não só em termos físicos como mentais; faz com que saiam de casa e convivam, mantendo o corpo e a mente sã. Têm mais qualidade de vida.

Subsídios. Foi dito publicamente que no corrente ano, lamentavelmente não foi possível pagar qualquer subsídio aos clubes desportivos, com exceção das Corporações de Bombeiros do Concelho. Espero ter condições de poder pagar os subsídios atribuídos até ao final do ano, senão transitaram como dívida para o próximo ano.

Nas modalidades de desporto mais federados, manteve-se a isenção do pagamento das instalações. Os clubes que utilizam o Pavilhão Municipal não pagam nada. A Câmara Municipal continua a pagar as despesas de manutenção do Estádio Municipal, do Campo do Flaviense e paga a iluminação ao Vidago Futebol Clube. Isso também são apoios e o somatório de todas estas despesas representam mais de duzentos mil euros.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – usou novamente da palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se o passado, e um passado recente, não condicionam o futuro. Se a realidade económico financeira não determina também todo o caminho seguinte e se as responsabilidades, pelo menos as mais recentes, não têm de ser assumidas. Se temos de esquecer todo o passado como se não existisse?

Diz-se que no domínio da saúde e noutras, a responsabilidade não é direta do município. É verdade. Não é uma competência executiva, mas também é verdade



que existe na lei uma competência muito genérica que diz que as autarquias locais (municípios e freguesias) têm obrigação de defender as populações locais e todos os interesses comuns. No meu entender inscrevem-se nos interesses comuns a educação, a segurança social, a saúde e outras. É verdade que neste domínio há a possibilidade da magistratura de influência, do estabelecimento de algumas parcerias. Entendo que seja difícil porque não há recursos.

O argumento de crítica é a arma que o PS agora usa e foi usada no passado pelo PSD. Isto sempre foi e é usado. Numa situação em que há uma conjugação de poder única no país, supúnhamos que fosse possível fazer mais.

Sobre as Termas o Senhor Presidente da Câmara apresentou uma análise parcial da realidade. Percebemos que no final de um Quadro Comunitário de Apoio, houvesse a possibilidade de candidatar este projeto a fundos comunitários. Perguntamos porque é que a obra não se iniciou quando foi consignada e isso aconteceu em Julho de 2013. A obra esteve três meses sem arrancar e só arrancou no final do ano. Não foi por razões eleitorais? Se isso tem acontecido provavelmente hoje a obra estaria concluída e não está.

Relativamente aos apoios atribuídos aos clubes e associações desportivas o Senhor Presidente disse que pagar as despesas que referiu, constitui subsídio, e eu concordo. Mas a concessão de um subsídio/apoio tem de ser deliberado pelo Órgão executivo e eu desconheço que a Câmara Municipal de Chaves tenha deliberado apoiar com esses montantes, quer seja no funcionamento, manutenção ou iluminação, de forma expressa e sendo assim, esses apoios são ilegais. Sugiro que esses apoios sejam deliberados para uma maior transparência e que em 2015 todos os subsídios, em dinheiro ou em espécie, constem de protocolo ou deliberação camarária.

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES S. PRETO do MAI – pediu novamente a palavra para um pedido de esclarecimento.

Peço ao Senhor Presidente da Assembleia que não interprete as minhas palavras literalmente e fora de um contexto. Quando eu falo em hábeis expedientes referi também outras situações, nomeadamente o facto de não nos ter sido nunca facultado o ofício que foi enviado para a CCDRN. Se queremos toda a transparência aproveito para lhe pedir que me forneça o ofício que enviou àquela entidade, para também a poder confrontar. Não é nada pessoal.

No que respeita ao Orçamento participativo posso ter falhado mas pela leitura da ata, em abril de 2014 foi aprovado o Regulamento e não está lá nenhum regime de exceção.

A auditoria que o MAI pediu à Inspeção Geral de Finanças não é de rotina. A auditoria que o MAI pediu é às contas que o executivo não quer auditar. Quando a Inspeção-Geral cá vier é para inspecionar essas contas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas.

O passado recente foi sufragado em setembro de 2013. Estamos aqui para avaliar o presente e para programar o futuro e temos de saber de onde partimos. Quando iniciámos o mandato, em outubro de 2013 iniciámo-lo com uma realidade e é com ela que temos de trabalhar; este Executivo não pode estar inibido de o fazer da forma



que entende mais adequada, para resolver os problemas atuais dos flavienses e garantir o futuro.

Tem sido recorrente aqui a questão da saúde e eu tento sempre não referenciar outros municípios do País. O hospital de Chaves é exclusivamente para Chaves? Alguém conhece atitudes individuais ou coletivas dos municípios que o hospital de Chaves serve? Repito que quer o anterior governo, quer o atual, estão a desinvestir no Serviço Nacional de Saúde e nisso estamos todos de acordo. A bancada do Partido Social Democrata é totalmente defensora do Serviço Nacional de Saúde; ser social-democrata também significa isso. Tenho feito a pressão necessária e espero que ainda na atual legislatura a Unidade Local de Saúde seja criada.

Qualquer um de vós, se fosse poder, em julho de 2013 não fecharia as Termas de Chaves, de imediato, por duas razões: uma porque se perdia votos. A outra porque seria mais incorreto fechar o Balneário em julho de 2013, sem aviso prévio aos hoteleiros, aos restaurantes e aos aquistas. Partindo do princípio que pelo menos quatro meses se perdiam sempre, parece-me, apesar de tudo, que a terem de se perder, em termos de planeamento foi mais correto perde-los em 2014 do que em 2013, sem aviso prévio. Isso demonstrava uma enorme falta de planeamento e de sensibilidade para com as pessoas. Por essa razão optou-se por levar a época termal de 2013 até ao final.

Não é correto dizer que andam aqui subsídios camuflados. A Câmara Municipal tem obrigação de manter em bom estado de funcionamento as instalações que são sua propriedade. A alteração que fez e que está regulamentada foi em relação aos clubes desportivos federados; estes não pagam a utilização das instalações e esta é, de facto, uma forma de ajudar. Quando há contratos - programa essa situação tem de ser referenciada. Não é o caso.

Respondendo ao Senhor deputado Francisco Preto, devo dizer que não conheço legislação que obrigue um município a ter de contratar uma auditoria externa. Quanto à Inspeção que iremos ter, promovida pela Inspeção Geral de Finanças, integra-se no rol de inspeções de rotina que são feitas periodicamente aos municípios. Aguardamos que isso aconteça e não estamos minimamente preocupados.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – voltou a pedir a palavra e disse que não tem nada que interpelar e interromper o Senhor Presidente da Câmara quando está a usar da palavra e pediu desculpa por isso. Para isso pede a palavra para questões que deseja colocar.

“Quem afirmou que estava a dar subsídios às Associações foi o Senhor Presidente. Quando vem nos jornais que a Autarquia dá trezentos mil euros em apoio financeiros, a população entende que lhe dá subsídios; afinal não são subsídios e era importante, por questões de legalidade, de equidade e igualdade, que os encargos que o município de Chaves concede, sejam em espécie, ou não, fiquem expressos em deliberação. É a nossa sugestão para o futuro”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** esclareceu o Senhor deputado Francisco Preto que lhe foi enviada cópia do email remetido à CCDRN, com o pedido de parecer sobre a questão da Auditoria que o Senhor deputado apresentou nesta Assembleia.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.



A ata número quatro referente à sessão ordinária realizada no dia 27 de junho de 2014 foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** pediu que na sua intervenção da página cinco, o final do parágrafo terminasse da seguinte forma: «quando os governos escolhem pessoas para os representantes devem nomear as pessoas mais competentes». Isto porque não era esse o sentido que ele quis dar às suas palavras nessa altura. (Foi feita a alteração na ata respetiva).

O **Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha** disse: “compreendo a preocupação do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro em vir corrigir a ata, que no meu entender implica uma segunda coisa. Ele nega o que disse na última Assembleia Municipal. O que ele disse e está na ata é grave e tanto assim é que está escrito, mas infelizmente o que está escrito foi o que disse. Em termos da chamada transparência democrática não posso deixar de salientar que o que o Senhor deputado veio aqui fazer foi renunciar àquilo que disse e que a mim me chocou, pessoalmente. Felizmente ele veio alterar, o que me parece muito bem”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** esclareceu que as atas são redigidas de acordo com as gravações feitas neste fórum e o seu conteúdo não se afasta daquilo que fica gravado. É uma questão de redação mas o espírito da ata é o registo da gravação, resumida.

Quando se trata de intervenções como é o caso desta que estamos agora a tratar, colocamos entre aspas, para que se identifique que é o registo autêntico da gravação.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que se assim for ele passa a exigir que fique transcrito “Hípsis verbis” o que disser nas suas intervenções. “O que está nas atas não é isso e se assim fosse haveria intervenções que ficariam pouco compreensíveis, tanto mais que não está lá toda a troca de argumentação e todas as interpelações que foram feitas. No que diz respeito a esta questão suscitada pelo Senhor deputado Manuel Cunha, que é verdade, aconteceu no meio de uma discussão acalorada entre mim e o Senhor Presidente da Câmara em que foram feitas algumas considerações que considero exageradas. O que se pretendia ali dizer é que na nossa perspetiva e na posição do PS, as pessoas devem ser nomeadas para os cargos pela competência. É isso que eu defendo e era isso que eu queria dizer”.

Posta à votação foi aprovada por maioria, com 5 abstenções do PS, por ausência na última sessão.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Intervieram os seguintes deputados:



MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que a informação do Senhor Presidente continua a ser pouco explícita, apesar dos vários pedidos que têm vindo a ser feitos para que este documento passe a ser mais pormenorizado.

Sobre a reunião havida na Fundação de Serralves disse: “Entendi a designação “Fundação Nadir Afonso” como uma ideia diferente de um Museu. E passar de Fundação para Museu, entendo que é uma má opção e reflete a sensação que tenho de que o anterior executivo cometeu um erro de palmatória, ao avançar com uma situação sem se assegurar, previamente e por escrito, das responsabilidades a assumir pelas partes interessadas.

Quando diz: “avaliação de cooperação da Câmara com a Fundação de Serralves”. A Fundação de Serralves alinha? E quais são os projetos? Ainda me lembro da promessa da Fundação de Serralves fazer um Museu em Vidago, quando a UNICER adquiriu o complexo do Palace Hotel. Há jovens no Concelho, com formação na área e até na obra de Nadir Afonso que podem ser chamados a dinamizar este complexo. Pergunto concretamente o que é que a Fundação de Serralves respondeu em relação à questão do apoio ao “Museu Nadir Afonso”.

Sobre a água gostaríamos de saber o que de concreto ficou da reunião havida em Vila Real com a Empresa Águas de Trás-os-Montes.

Em relação à saúde continuamos a ter reuniões sobre a cooperação transfronteiriça na área da saúde, mas a minha preocupação é que estas informações sejam concretizadas porque as questões da saúde têm de continuar a ser desenvolvidas e resolvidas pelo estado português; não é alienando as responsabilidades da saúde nas autarquias nem em pretensos projetos transfronteiriços que nos desviam do essencial e o essencial são as responsabilidades do estado português no serviço nacional de saúde.

A CDU vai aproveitar para divulgar publicamente que felizmente o Grupo Municipal do PSD percebeu que este Governo está a destruir o SNS.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que muitas das questões que suscitavam a sua interrogação pela omissão e pela síntese exagerada e escassez de informação que consta da Informação Municipal, já foram colocadas pela CDU.

Se de facto não houver uma informação mais rigorosa, esta é basicamente a agenda das reuniões do Senhor Presidente da Câmara e entendo que era importante que fosse melhorada e certamente deixaríamos de vir aqui falar sobre isto.

Gostaríamos de saber em que situação está o processo da parceria anunciada entre o IPB de Bragança e outras instituições; se efetivamente os cursos abrem, quantos são, quais são, se vão ser feitos na Escola Profissional ou noutro local. Terminando a oferta do Ensino Superior em Chaves, através do Pólo da UTAD qual a oferta que será criada no concelho no que respeita a cursos e vagas.

Congratulamo-nos pela apresentação da informação económica por nós referida na última sessão deste Órgão. Olhando para a Informação, quer a de natureza financeira, quer a de natureza económica apresentam-se-nos algumas preocupações porque as taxas de execução globais são baixas; a arrecadação de receita, sobretudo da receita de capital é baixa e o que mais nos preocupa é o diferencial entre a receita liquidada e a receita cobrada ser muito acentuado. Preocupa-nos ainda mais, porque pode indiciar o continuar do desequilíbrio orçamental da autarquia, a diferença entre a



despesa comprometida e a despesa paga. A ser assim, se a despesa comprometida cresce e não a conseguimos pagar significa que estamos, continuamente, num processo de desequilíbrio. Também nos preocupa que nesta data se preveja ainda para este ano um resultado líquido do exercício de seis milhões e seiscentos mil euros.

No mapa das obras em curso não fará sentido continuarem em curso aquelas obras que estão concluídas.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentou os presentes e disse ter pedido a palavra em defesa da honra. Disse que as afirmações são da responsabilidade de quem as faz, neste caso o Partido Comunista Português, a CDU ou o membro desta Assembleia Municipal Manuel Cunha.

Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse e que nenhum membro da bancada do PSD contestou, tem a ver com aquilo que ele, Presidente da Câmara disse e não com aquilo que o Senhor deputado disse. O que ele disse é que o Partido Social Democrata defende também o Serviço Nacional de Saúde; é com isso que nós concordamos e é nisso que nos revemos.

Não para ficar em ata como habilidosamente o Senhor deputado quis fazer passar, dizendo que os membros da bancada do PSD concordam que este governo está a destruir o SNS. Na qualidade de líder do Grupo Municipal do PSD aquilo que entendi das palavras do Senhor Presidente da Câmara e nas quais entendo que os membros do meu partido se revêm, é que o PSD defende o SNS, mas também afirmamos que este governo do PSD/CDS, à semelhança de governos anteriores, não tem ajudado na questão essencial que é a unidade hospitalar de Chaves. Recordo que a matéria do Hospital de Chaves, em nosso entendimento, é uma matéria fundamental para todos nós e que não deve ser politizada, como alguns pretendem. Graças a essa não politização, e à união dos flavienses, dos habitantes dos concelhos vizinhos e dos partidos com assento nesta Assembleia, em fevereiro de 2007, conseguimos fazer uma importante manifestação. Se assim não fosse entraríamos no jogo de dizer que quem encerrou no final de 2007 a maternidade de Chaves não foi o atual governo, nem foi ele que fez a integração da nossa unidade hospitalar, no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. Isso seria ir de encontro àquilo que alguns membros do Partido Socialista dizem agora nos apartes infelizes que proferem.

Nós, no PSD assumimos a defesa da Unidade Hospitalar de Chaves, a defesa do Serviço Nacional de Saúde, mas também assumimos que um dos partidos que está no governo – que é nosso – tem feito mal à nossa unidade hospitalar.

RUI DA SILVA OLIVEIRA da CDU – cumprimentou os presentes e em seguida perguntou ao Senhor Presidente da Câmara para quando está prevista a construção em Chaves de uma Casa Mortuária, condigna. É necessária esta infraestrutura que confira dignidade às pessoas no momento da sua morte.

Terminou desejando a todos um Santo e Feliz Natal e um Próspero 2015.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que foram colocadas pelos Senhores deputados.

Entendo que a informação já está um pouco mais detalhada em relação às anteriores.



Sobre a reunião com a Fundação de Serralves a informação diz haver a avaliação da possibilidade. Se dessa avaliação já houvesse algum resultado estaria aí expresso. Fez-se a reunião com a Fundação de Serralves para que esta possa vir a prestar assessoria técnica à gestão do Museu ao nível da curadoria, apenas. Ainda não há resposta. A Fundação fez uma proposta alternativa no sentido de a Câmara Municipal de Chaves ser fundadora e ter que entrar com uma joia. Isso tem de ser avaliado para ver se temos condições. O que eu quis dizer a esta Assembleia é que há aqui a tentativa de abertura de um canal.

O que havia entre o anterior Presidente da Câmara e o Mestre Nadir Afonso era um acordo de princípio entre dois bons cidadãos em que um disse que se a Câmara Municipal de Chaves construísse um edifício, ele criava uma Fundação que iria dotar com um conjunto de obras – o património da Fundação – e aceitava gerir esse edifício, instalando lá a sede da Fundação, dinamizando o edifício com as suas obras e, eventualmente, com exposições de outros autores. Infelizmente fez um ano que faleceu o Mestre Nadir Afonso e a atual direção da Fundação não tem o mesmo entendimento que tinha o Mestre. Não foi a Câmara que mudou de opinião. Se a direção da Fundação Nadir Afonso mantivesse e fizesse jus à memória do Mestre estaria a pedir à Câmara a celebração do acordo de comodato para lá instalar a Fundação e gerir o Museu. Perante isto, há que resolver a situação em função da nova realidade; será um Museu da Câmara Municipal de Chaves, gerido pela Câmara Municipal de Chaves, com os seus recursos humanos e financeiros. Sabemos à partida que vai gerar défice mas o que esperamos e desejamos, e tudo faremos para que isso aconteça, é que a comunidade ganhe com isso. O mesmo acontece com as Termas que apenas geram receita para a sua gestão corrente, nunca acumulam capital para fazer investimentos, o que seria normal numa gestão empresarial, mas quem ganha é a hotelaria, a restauração, o comércio e toda a atividade económica do Concelho. Esperamos que com o Museu Nadir Afonso aconteça o mesmo. Tendo em consideração que se trata de um Projeto Siza Vieira com a obra de Nadir Afonso e outros pintores/escultores pode vir a ser um local de visita muito procurado e apreciado. O resultado global será positivo se gerar essa dinâmica.

A reunião com as Águas de Trás-os-Montes foi para se avançar nas negociações. Ficaram de apresentar um estudo mas não o fizeram. Estiveram presentes na reunião as Câmaras Municipais de Chaves, Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé e Moncorvo. Foi novamente validado o valor de 27,00€ por 10 m³ em água e saneamento – preços de 2014, a atualizar em função do índice de preços ao consumidor. Isto foi o que se tratou nesta reunião.

Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro a realidade de outubro de 2013 não é só a realidade estática da situação financeira do município naquela data. É também a realidade de uma máquina em movimento que tem de se travar a pouco e pouco. Ao apresentar o Orçamento para 2015 darei nota da impossibilidade de reverter situações, apesar da quantidade de poupanças que foram efetuadas ao longo do ano. Como já referi assumo a responsabilidade das tomadas de posição nos mandatos anteriores mas isso não me inibe de fazer agora coisas diferentes.

É verdade que do acordo que possa vir a ser feito com a Empresa Águas de Trás-os-Montes, a receita que entrar vai ajudar no processo de saneamento financeiro. O meu



objetivo é chegar ao final do ano de 2015 sem dívidas de curto prazo. Aqui ninguém vende nada e para quem é tão esclarecido e fala tecnicamente com tanta propriedade sobre os dossiês, não devia utilizar esse termo porque sabe daquilo que estamos a falar. E estamos a falar de concessão.

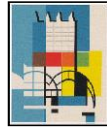
O Senhor deputado referiu a concessão em **alta** mas não me diga que em 2001 fomos enganados. Se fomos enganados e afinal não se tratou de uma concessão em alta, proposta pelo governo e que a Câmara e esta Assembleia Municipal aceitaram, foi com as declarações de voto contra, da bancada do PSD que disse: «somos contra a entrega da água, mas a ser assim, então que seja totalmente». Nessa altura propusemos soluções alternativas e era tão só alargar o objeto da Empresa EHATB, que apenas produzia energia elétrica, passando a ter também a vertente Ambiente; assim aproveitava a mais-valia da energia elétrica e fornecia água à população a preços bem mais económicos. A proposta do PSD foi rejeitada como consta nas atas da Câmara e da Assembleia Municipal.

Nessa altura entendeu-se que se devia ir para a concessão e é o que está hoje em vigor. As Águas de Trás-os-Montes ficaram com a parte fácil e lucrativa e as Autarquias ficaram com a parte difícil, com o prejuízo. Efetivamente entraram receitas que não foram utilizadas para pagar a dívida, mas mesmo assim, como já referi, o sistema conforme está, gera um défice calculado entre um milhão a um milhão e meio de euros/ano. Nunca a receita chegaria para pagar na totalidade do que as Águas de Trás-os-Montes nos faturam. O défice que gera é indiferente de a Câmara estar ou não a pagar porque é a diferença entre o que se recebe dos consumidores e o que temos de pagar à Empresa. É esta situação que temos de resolver. Não é possível suportar anualmente a acumulação de um défice tarifário de um milhão e meio de euros e como foi referido pelo Senhor deputado Manuel Cunha, não é um problema de Chaves. É um problema do País.

É aqui que verificamos a falta de solidariedade do litoral. Quando se fala de regionalização é bom salientar a atitude egoísta dos municípios do litoral, independentemente dos partidos a que pertencem; este governo apresentou uma medida correta que vai no sentido de unir todas as empresas por regiões. Se houvesse a Região Norte, será que quem estivesse a administra-la e tivesse poder na área das águas estaria a praticar o mesmo preço em alta no território todo? Ou será que entenderia que o litoral, por ter mais população e ser mais barato fornecer água, deveria ter um preço diferenciado em relação ao interior? Esta medida do governo, que favorecia os municípios do interior do país, está a promover um forte movimento dos municípios do litoral. Não é entendível a posição destes municípios do litoral que até são aqueles que estão melhor financeiramente.

No que respeita à Casa Mortuária temos essa falha. Nos mandatos anteriores através de protocolos com as Juntas de Freguesia fizeram-se muitas Casas Mortuárias com qualidade, nas zonas rurais mas ainda não se fez esse investimento na cidade. Devemos fazê-lo logo que possível.

Na questão da saúde o que eu quis dizer é que o PSD sendo um partido social democrata defende que o governo, qualquer que ele seja, deve ter políticas sociais e que o acesso à saúde deve ser básico e universal mas isso não invalida que o modelo do SNS seja absolutamente estático, a sociedade vai evoluindo e este fica



sempre igual. Não tem de ser assim. O que eu digo e afirmo é que este governo não tem investido em saúde e os mais penalizados, como vem sendo hábito, são sempre os habitantes do interior do país.

Em relação ao Hospital de Chaves é verdade que nem o Governo, nem o atual Conselho de Administração, fizeram rigorosamente nada, para melhorar a prestação de cuidados de saúde. Necessitamos de recursos humanos a todos os níveis e de investimento ao nível da substituição de equipamento degradado. Refiro o caso da radiologia em que uma máquina avariou e não foi substituída. Numa sociedade mais evoluída não era despendendo que o cidadão, tendo poder económico, pudesse usufruir de prestação de cuidados de saúde privados, como acontece nalguns países. O que é necessário é garantir a universalidade do acesso à prestação de cuidados de saúde e quando o nível económico das pessoas é baixo, o estado tem de garantir esse acesso.

Sobre a Educação, ao Instituto Politécnico de Bragança foram-lhe atribuídos dois cursos. Um sobre Guias de Ambiente e outro sobre Gestão de Vendas e Marketing. O Senhor Presidente do IPB tinha-se comprometido comigo que quando lhe fossem aprovados cursos, Chaves seria contemplado. Como só foram aprovados dois um virá para Chaves e o outro ficará em Bragança. Deu-me a possibilidade de escolher e eu escolhi o de Gestão de Vendas e Marketing porque entendo que se adequa mais a uma região de turismo como é a nossa. O curso está aprovado e vamos fazer uma avaliação em conjunto para saber se ainda abrirá neste ano letivo; se haverá possibilidade de arranjar vinte alunos nesta altura do ano, ou se arrancará só no próximo mês de setembro. São candidatos os alunos com 12º ano e ainda os que tenham o 11º ano completo e frequência do 12º; estes últimos terão de fazer um exame “adoc” para preencher a vaga e antes da conclusão do curso terão de concluir o 12º ano. Ficou a promessa de fazer mais candidaturas e Chaves será contemplado com um maior número de cursos de Nível 5.

Está estabelecida uma cooperação entre o IPB e a UTAD embora a abertura de cursos de Nível 5 esteja circunscrita aos Politécnicos e não às Universidades.

PONTO 2 - AUDITOR EXTERNO - RELATÓRIO SEMESTRAL. Para conhecimento.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que o Relatório do ROC só lhe chegou no dia anterior a esta sessão da AM.

Este Relatório não tem a data em que foi elaborado e se é semestral significa que se refere ao período compreendido entre janeiro e julho. A ser assim era suposto que tivesse vindo a esta Assembleia Municipal na sessão de setembro.

Pedeu que estes relatórios venham a conhecimento da Assembleia às sessões respetivas, dado que tem informação económica e financeira de relevo e permitem acompanhar o desempenho financeiro e económico da autarquia no período a que respeita.

Este Relatório denota o aumento de 100% de impostos e taxas, o que significa que são os flavienses que estão a pagar o equilíbrio financeiro. Também se verifica que diminuíram drasticamente as provisões, as amortizações, o que explica o resultado positivo.

Pedeu que os documentos respeitantes a períodos mais antigos sejam enviados aos membros da Assembleia Municipal, no momento em que é enviada a convocatória.



Não é certamente o caso dos que foram presentes na última reunião de Câmara, que aí sim, têm de ser cumpridos os prazos, mas é o deste que está em análise.

Disse não fazer sentido enviar minutas quando já há atas aprovadas. Os assuntos distribuídos para a sessão da AM estão instruídos como minutas e a partir do momento em que existe a ata a minuta não vale de nada. Pede que esta situação seja corrigida e que no futuro os membros da AM possam ter acesso às atas porque as minutas podem ser objeto de alteração e a versão definitiva da discussão dos assuntos, a fundamentação, considerações e votação, ficam na ata e não na minuta.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** - disse aceitar a sugestão do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro e os documentos que estiverem prontos quando for enviada a convocatória podem ser enviados juntamente. Este Relatório foi aprovado na reunião de Câmara do dia 24 de outubro e deveria ter sido distribuído mais cedo. Não há qualquer intenção de dar pouco tempo à Assembleia para estudar os assuntos. Vamos ter essa preocupação.

Também aceitou a sugestão de que quando os documentos que vêm à Assembleia Municipal tiverem as atas já aprovadas, seja enviada a ata e não a minuta. Em relação à demora da entrega de alguns documentos, embora cumprindo a lei, acontece porque, por vezes, num elevado sentido democrático da Câmara Municipal, é permitido aos Senhores Vereadores enviarem as declarações de voto posteriormente, por escrito. E até se tem permitido que haja declarações de voto que vêm à posteriori, não em nome do Senhor Vereador que esteve presente na reunião de câmara, mas em nome do Partido Socialista. Apesar de ser em minuta, a ata é enviada para os Senhores vereadores verificarem se concordam com o que fica escrito relativamente ao que disseram e por vezes o tempo fica muito curto, em termos de prazo para o envio à AM.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 3 – 1ª REVISÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO FINANCEIRA EM VIGOR PARA O ANO ECONÓMICO DE 2014 INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º30/DGF/2014.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da informação.

Disse que houve a reposição de uma verba que tinha sido paga ao Tribunal e que, por imperativo da lei, isso implica uma revisão e inscrição do valor no Orçamento.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4 - PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 3º TRIMESTRE DE 2014. INFORMAÇÃO Nº32/DGF/2014. Para conhecimento.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que a competência de acompanhar a evolução do grau de cumprimento do Plano de Ajustamento que está contemplado no PAEL é da Assembleia Municipal.

Em 2012 a situação do Município de Chaves era de desequilíbrio estrutural. O Plano de Ajustamento Financeiro tem em vista a redução e racionalização de despesas correntes e de capital e também a verificação da existência de um controle interno e, sobretudo, verificar se o grau de ajustamento proposto no Plano foi concretizado; isso deve ser feito com mais insistência nos primeiros cinco anos de vigência do Plano.



Na nossa perspetiva a informação que tem sido enviada a esta Assembleia Municipal não cumpre o disposto na alínea a) do artigo 12 da Lei 43/2012, de 28 de agosto, porque não permite verificar o grau de cumprimento dos objetivos do Plano dado que não fornece informação sobre o acumulado. Apenas temos um comparativo do período homólogo e não conseguimos apurar o grau de execução acumulado de cada um dos indicadores.

O quadro I é de difícil leitura. Não permite avaliar o grau de cumprimento, seja parcial ou global, do Plano de Ajustamento. Ao nível das taxas e das tarifas verifica-se um acréscimo. Tem também um acréscimo na derrama. Não se sabe onde estão as rendas da Casa Mortuária e onde fica localizada. Não a conhecemos mas já consta do Plano como receita. A receita do MARC também não aparece e também não aparece a liquidação. Deixamos também uma nota sobre o aumento de despesas com pessoal em cerca de meio milhão de euros e encargos com as empreitadas.

O que resulta desta nossa ideia é que para a próxima sessão nos seja enviada informação sobre o acumulado de cada um dos itens para podermos fazer uma avaliação rigorosa e criteriosa. Se efetivamente há desvios e qual a expressão que tem, se são do lado da receita ou do lado da despesa; sabemos que não há responsabilidade financeira, mas também sabemos que a boa gestão financeira obriga a que monitorizemos a respetiva gestão quotidiana, mensal, trimestral ou semestral. A lei acima referida permite-nos pedir outra informação pertinente e é isso que estamos a fazer.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao Senhor deputado dizendo que vai pedir aos serviços que coloquem toda a informação.

Não há desvios e também não há uma recuperação tão rápida quanto era desejável. Na altura em que concorremos ao PAEL estava em concurso a possibilidade de uma entidade privada poder construir a Casa Mortuária e pagar uma renda pelo direito de superfície. Essa hipotética receita foi colocada nos documentos de acesso ao PAEL. Como o concurso ficou deserto a rubrica aparece sempre em título mas essa renda não entrou nem irá entrar.

Tem de continuar a aparecer como título e não pode ser eliminado. O mesmo acontece com a venda de património. Não se tem vendido património, mas tem de aparecer à venda para demonstrar que estamos a fazer esforço para que isso aconteça.

Vamos ser honestos no que respeita às despesas com pessoal. Pela intervenção do Senhor deputado dá a ideia de que a Câmara aumentou o pessoal, o que não é minimamente verdade. Esse valor acontece porque em 2011 o governo cortou os subsídios e agora foram repostos e bem. Daí esse valor. Na verdade o pessoal tem vindo sistematicamente a diminuir e infelizmente as carreiras da Administração Pública estão congeladas. A Autarquia não tem aumento de despesas com pessoal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 5 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº26/SC/2014

A Assembleia municipal tomou conhecimento deste assunto.



PONTO 6 – REDUÇÃO DO MONTANTE DO EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO A CONTRATAR E DESTINADO À CONSOLIDAÇÃO DE PASSIVOS FINANCEIROS. - AJUSTAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. – APROVAÇÃO DAS RESPECTIVAS ADENDAS -. PROPOSTA N 113/GAP/14. Para conhecimento.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta

O Partido Socialista opina que seria possível resolver o problema financeiro da Autarquia sem o recurso ao empréstimo. Não é este o nosso entendimento.

Há aqui uma redução de dezanove para treze milhões de euros, sugerida pelo Tribunal de Contas, que vai no sentido de se pedir apenas uma vez e meia sobre o montante pedido em 2013; isso dava um valor de trinta e dois milhões, mas como a dívida está em quarenta e cinco milhões de euros, o resultado obtido é de treze milhões.

O Tribunal de Contas colocou-nos algumas questões a que respondemos de imediato e apresentou a sugestão de fazer esta redução, com a qual concordámos. Depois disso voltou a contactar-nos colocando mais algumas perguntas a que vamos responder depois da próxima reunião de Câmara; aguardamos que o processo seja visado ainda durante este ano económico. Caso isso não aconteça voltaremos a estar aqui todos em janeiro para aprovar uma revisão ao Plano e Orçamento para 2015. Queremos pagar o mais breve possível aos nossos fornecedores.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse que foi aqui aprovado um pedido de empréstimo no valor dezanove milhões de euros mas afinal o Tribunal de Contas só concede visto para treze milhões.

“O Senhor Presidente da Câmara questionou as funções do Tribunal de Contas esquecendo-se de que esta Instituição exerce exatamente as funções que a lei lhes confere. É curioso como é que a Autarquia se propõe a contratar um empréstimo de dezanove milhões de euros com base num documento técnico, para o qual contratou serviços especializados exteriores à Câmara, em que gastou cerca de trinta mil euros e afinal esse documento era de tal forma falível que não atingiu os seus objetivos. Porque é que não recorreu aos serviços técnicos da câmara? Provavelmente teriam feito melhor trabalho e não se teriam gasto os trinta mil euros.

Logo no início do seu mandato foi aprovado na reunião do Executivo uma auditoria às contas da Câmara. A execução dessa auditoria foi sendo adiada, evocando razões de carácter económico, alegando ser um gasto desnecessário porque as contas estavam bem. Esta situação fez com que um Senhor vereador desse o dito por não dito o que não abona em nada a credibilidade dele.

O Senhor Presidente da Câmara ficou surpreendido porque os vereadores do Partido Socialista votaram contra o empréstimo. Isso aconteceu porque o Partido Socialista não concorda com determinadas decisões que os executivos anteriores aos quais o Senhor pertenceu tomaram, levando a esta situação. O Partido Socialista vota contra porque em relação a um parque subterrâneo a herança que o Senhor Presidente recebeu foi de um parque entregue a uma empresa privada que ia fazer o investimento por sua conta e risco, incluindo as obras à superfície. Este executivo abandonou esse projeto, fez as obras à superfície com recursos municipais e optou



por outro lugar onde, felizmente, se descobriram achados arqueológicos que são um património valiosíssimo, que esperamos seja rentabilizado e extremamente atrativo para trazer pessoas a Chaves. Isso levou a um aumento de despesa por parte da Câmara e como não foi possível fazer o parque neste local tiveram de escolher outro, onde foi construído, com apoios financeiros, a sustentar pela Câmara Municipal /Empresa Municipal. Daí a razão pela qual se pensou cobrar o estacionamento aos sábados até à uma hora da tarde mas ainda bem que essa medida não foi implementada. Já no meu tempo e com o executivo socialista eu fui contra a implementação de parquímetros na cidade de Chaves.

O executivo municipal anterior tinha decidido que a instalação da Fundação Nadir Afonso poderia ser num edifício nobre, que foi recuperado com acrescentos modernos a jogar entre o antigo e o moderno, com condições excelentes, mas optaram por um projeto, megalómano, que penaliza o erário público, além do litígio existente sobre expropriações de terreno que vão ter de se pagar. Mas o mais complicado vai ser a manutenção daquele edifício que vai ser suportada por todos nós.

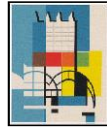
Quando surgiu o assunto da Fundação eu perguntei ao anterior Presidente da Câmara quem era o proprietário daquele património. Ele respondeu que era a Câmara. Perguntei-lhe quem ia fazer a exploração do espaço. Ele respondeu que seria a Fundação Nadir Afonso. Perguntei-lhe, no caso de a Fundação não rentabilizar o espaço, quem iria suportar as despesas de manutenção. Ele respondeu que seria a Câmara. É o que está a acontecer. Foi por um conjunto de decisões deste teor que foram tomadas, que a dívida da Autarquia atingiu estas dimensões. Este executivo e o anterior foram ao PAEL, agora vão diretos a instituições financeiras e, provavelmente, de futuro, irão ao FAME e como não concordamos com isso vamos votar contra”.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que estamos a discutir um assunto que foi discutido, votado e aprovado na sessão deste Órgão, realizada no dia 16 de julho do ano em curso.

Estamos a falar num empréstimo de dezanove milhões, quatrocentos e setenta e um mil, cento e vinte e oito euros que já não será desse montante mas será pouco mais de treze milhões e não bastará dizer que a culpa é do Tribunal de Contas. Sei que o grau de exigência que o Tribunal de Contas tem posto nos processos de fiscalização prévia tem vindo a crescer. Deixou de ter uma avaliação formal para passar a ter uma avaliação substantiva.

Para podermos tomar aqui uma decisão fundamentada devíamos ter acesso e não tivemos, às questões suscitadas pelo Tribunal de Contas, bem como o teor das respetivas respostas dadas pela Câmara Municipal. Mais uma vez esta informação é escondida da Assembleia Municipal e pelos vistos a transparências dos processos é só no discurso e não na prática.

A redução do valor do empréstimo de dezanove milhões, quatrocentos e setenta e um mil, cento e vinte e oito euros para treze milhões, quarenta e dois mil, trezentos e vinte e oito euros significa menos seis milhões e meio de euros. Impõe-se perguntar se a Câmara Municipal não sabia qual era a sua capacidade máxima de endividamento para 2014 e se o Senhor Presidente não era conhecedor da



informação que constava da ficha do município elaborada pela DGAL, que também não nos foi disponibilizada. Era importante conhecer essa informação porque tem informação financeira relevante do desempenho do município e, certamente teve algo a ver com o desfecho deste processo. Também não veio a esta Assembleia o ajustamento ao Plano de Saneamento Financeiro. Se hoje estamos a falar de um empréstimo que teve uma redução de seis milhões e meio de euros, que alterações de substancia aconteceram ao Plano de Saneamento Financeiro para que afinal só sejam necessários treze milhões de euros. Solicitamos que nos seja enviado o Plano de Ajustamento porque é dito no texto que é uma redução não substantiva, não substancial. Entendemos que reduzir o financiamento num terço é uma alteração substancial.

Também na minuta que nos foi enviada, no final diz: «envio do processo administrativo»; a mim não me chegou nenhum processo administrativo relativamente a esta matéria. Estamos confrontados com a apreciação de um assunto do qual não temos a ficha da DGAL, não temos os esclarecimentos suscitados pelo Tribunal de Contas nem as respostas que foram dadas, não temos as alterações ao Plano de Ajustamento. Não temos informação suficiente para poder decidir, apesar de se tratar de uma redução do bolo. Uma decisão informada exigia que esta documentação nos tivesse sido enviada

Não percebemos o teor da declaração de voto que o Senhor Presidente apresentou quanto a este assunto porque diz o seguinte: «e afinal o passado importa» mas só importa às vezes porque nesta declaração de voto o Senhor falou de 2001. A declaração de voto diz: "Quero recordar ao atual executivo municipal que transitou para o ano de 2002, ano de início da gestão social-democrata, uma dívida no valor de dezasseis milhões e meio de euros à qual, aplicando a taxa de inflação, equivale hoje ao valor de vinte e um milhões e quatrocentos mil euros. Na nossa opinião o valor não é de dezasseis milhões e meio de euros. É de catorze milhões e quinhentos mil euros. Isso tem a ver com uma auditoria financeira que foi feita em 2002, que custou cerca de cem mil euros; em 2014 não há cinquenta mil euros para fazer uma auditoria financeira. Em resultado dessa auditoria, feita em 2002, a dívida do município passou de catorze milhões e meio para dezasseis milhões e meio de euros. Mas há outra correção. Na nossa perspetiva o Senhor Presidente da Câmara imputa uma responsabilidade pela dívida muito superior à assumida pelo PS, na altura. Na nossa perspetiva, mesmo fazendo a aplicação do fator de correção da moeda que está na Portaria 376/2013 não chega aos vinte milhões de euros. Isto só para dizer que o que o Senhor Presidente afirmou antes, que o passado não contava, afinal umas vezes interessa e outras não.

Reiteramos as críticas que fizemos na altura, porque este empréstimo continua a ter os mesmos defeitos que o anterior. Tem período de carência que não se justifica, porque nos parece exagerado; estamos a falar de pagamento de despesa corrente que estamos a transformar numa dívida para pagar em catorze anos. Só vai acabar de ser paga daqui a quinze anos e, na nossa perspetiva, não é sensato que estejamos aqui a comprometer o futuro.



NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que ouviu com atenção o Senhor deputado Anselmo Martins na sua intervenção, nomeadamente quando se referiu ao parque de estacionamento.

O Partido Socialista em 2001 não deixou qualquer parque de estacionamento como já foi aqui referido várias vezes e sou eu que o afirmo. Deixou sim um buraco no Largo General Silveira. O modelo de concessão que o Partido Socialista defendia era que o parque de estacionamento fosse feito por uma empresa privada, cobrando ela o estacionamento do interior do parque e também de toda a superfície. Em 2001 se a receita fosse de cem mil euros/ano, vezes catorze anos, dava um milhão e quatrocentos mil euros. Pelos dados que hoje temos a receita era de cento e cinquenta mil euros, vezes os mesmos catorze anos, dava um valor de dois milhões e cem mil euros. O executivo atual fez o parque atrás da Adegas do Faustino por cerca de um milhão de euros. Isto é preciso dizê-lo e quem o diz aqui sou eu.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que lhe foram colocadas dizendo que este assunto é apenas para conhecimento porque foi entendido que quem autoriza dezanove milhões, naturalmente autoriza treze milhões. Os Senhores deputados podem falar do passado sempre que o desejarem. Quando referi a dívida reportada a 2002 foi para referenciar o ponto de partida. Para dizer que o ponto de partida não foi de zero; não foi termos recebido a Autarquia, nessa data, sem dívida nenhuma.

É normal em política, a quem faz gestão, deixar dívida para que os que vêm a seguir paguem. É este o nosso ponto de partida. O atual executivo herdou uma dívida significativa mas também já dissemos aqui, mais do que uma vez, que deixamos o maior volume de investimento de sempre feito em Chaves. Não houve, nem haverá nos próximos tempos um ciclo de investimento tão grande e é por essa razão que aparecemos nas estatísticas como o vigésimo município em termos de volume de investimento.

Podem repetir sucessivas vezes que eu era o Vice-Presidente dos executivos anteriores. Eu respondo que o fui com muito gosto; trabalhei com o Dr. João Batista durante doze anos e não retiro nada àquilo que foi feito. É esta a nossa herança. Ao contrário de outros dirigentes nacionais que quando se sentiram atrapalhados desistiram (António Guterres, Durão Barroso). Eu não desisto.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** encerrou a primeira parte dos trabalhos, fazendo a pausa para o almoço e informou que os mesmos serão retomados às 14,00 horas.

PONTO 7 - APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2015. APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO. - VERSÃO DEFINITIVA. PROPOSTA Nº 115/GAP/2014

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que o Orçamento em apreciação tem como pressuposto a realidade existente em outubro de 2014.

Continuamos a ter uma dívida que relativamente à prestação de contas do ano de 2013 se mantém sensivelmente no mesmo valor global, hoje 45.680.467,00€. A esta



dívida temos de adicionar a dívida da MARC no valor de 2.920.883,00 €, mais a dívida das faturas devolvidas à ATMAD no valor de aproximadamente 8 milhões de euros, totalizando 56,6 M€. Temos de crédito da ATMAD aproximadamente 3,5 M€ e de taxas de ocupação de espaço público por infraestruturas da PT, da REN e da EDP, o valor de 11,2 M€.

A dívida estará então enquadrada entre 41,9 M€ e 53,1 M€.

O orçamento de 2015 quando comparado com o de 2014 é de menor grandeza; é de aproximadamente 41 milhões de €, traduzindo uma redução de **15.718.489,60€**, face ao exercício anterior. Este orçamento tem como pressuposto que ainda durante o ano de 2014 vamos arrecadar a receita decorrente do empréstimo no âmbito do saneamento financeiro, no valor de 13 M€. Caso não se verifique a entrada da receita referida, teremos forçosamente de elaborar uma revisão orçamental. Este Orçamento, como é natural, reflete as nossas opções políticas.

A receita proveniente do Estado para 2015 aumentou relativamente a 2014 em cerca de 6%, representando mais de 800 mil euros, quebrando uma tendência de diminuição que vinha desde 2010.

Hoje, temos a seguinte realidade:

- O Sistema Multimunicipal de água, de águas residuais e de resíduos sólidos gera em média, anualmente, um prejuízo de cerca de 2,9 Milhões de €.
- A despesa com os auxílios escolares, transportes e refeições gera em média, anualmente, um défice de 700 mil euros.
- O aumento do IVA da taxa reduzida para a taxa normal na iluminação pública em 2012 teve como consequência um aumento da despesa de 300.000€/ano, e como sabem o IVA é um custo para a autarquia.
- Temos mantido a média dos 30 milhões de euros nas receitas e despesas anuais, embora no ano de 2014 a receita total se situe perto dos 36,4 milhões de euros, isto sem a receita extraordinária dos empréstimos.

Este Orçamento assenta em três vetores fundamentais:

- Garantir a continuação da prestação de serviços de qualidade, pela Autarquia aos cidadãos.
- Reestruturar a dívida de curto prazo (comercial e administrativa) para médio e longo prazo, através de empréstimo para saneamento financeiro no valor de 13.042.628,00€, processo este que se encontra no Tribunal de Contas para obtenção do competente visto, o qual permitirá liquidar a maioria das faturas da ATMAD e RESINORTE, transitando apenas a faturação não enquadrável do aludido empréstimo e a superveniente que vier a ocorrer em 2015 em ambos os sistemas multimunicipais; de referir que cerca 81% da dívida de curto prazo diz respeito aos sistemas multimunicipais de água, saneamento e resíduos (cerca de 20 Milhões de Euros), e se somarmos a dívida ao Tesouro - cerca de 2.5 milhões de euros, a percentagem sobe para 91%.
- É de referir também que à data, a dívida do MARC é de 2.299.455,92€, com amortização do capital a 12 anos, mais juros no montante de 621.426€.
- Consolidar/Sanear financeiramente a Autarquia em 2014 para em 2015, com a Lei 73/2013, de 3 de Setembro, (novo regime financeiro das autarquias) se



estabelecer um orçamento que se adapte a este novo regime financeiro (taxa de execução igual ou superior a 85%).

- Finalizar as obras descritas no PPI, algumas em fase de conclusão e outras que serão objeto de eventual candidatura, no âmbito do novo quadro comunitário de apoio, totalizando um montante em investimento municipal de 15.198.203,00€.

De outubro a dezembro as obras continuaram e o nível de execução aumentou.

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2015

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	32.823.437,77€	Correntes	22.058.016,72€
De Capital	8.172.290,73€	De Capital	18.937.711,78€
Total	40.995.728,50€	Total	40.995.728,50€
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	40.995.728,50€	Total Geral	40.995.728,50€

Como podemos constatar no orçamento para 2015, temos uma poupança corrente de cerca de 10 Milhões de euros, que vão financiar as Despesas de Capital.

No apuramento da receita, foi considerado o disposto no POCAL quanto à regra previsional da média dos últimos 24 meses.

Contudo, o Município regista, à data atual, (dez. 2014), um valor de receitas por cobrar, que totaliza cerca de 13,9M€, destacando-se de tal o montante de 11,2M de receitas liquidadas por conta de taxas de ocupação de subsolo e espaço aéreo, ainda não cobradas, tendo em conta a contestação feita por algumas das operadoras, encontrando-se em processo judicial (Tribunal Tributário do Porto).

O valor remanescente respeita a cofinanciamento ainda não reembolsado, bem como a rendas, água e outros serviços liquidados e não cobrados à data atual, mas que constituem créditos do Município e que, a serem efetivados, alterariam significativamente a liquidez de tesouraria.

Regista-se um aumento de cerca de 6% na participação dos impostos do estado – fundos estatais - traduzindo-se num aumento global de cerca de 800.000€, relativamente a 2014, sendo o valor de 2015 de 13.328.070 Euros.

Nas Despesas fixas (correntes e de capital) previstas para 2015, encontram-se orçamentados os gastos previstos para o ano de 2015, dos quais se salientam os mais relevantes em termos quantitativos (cerca de 20 milhões de euros), no seguinte quadro.



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 07/2014

Despesas com pessoal	Remunerações + SS; CGA + Seguros	8.774.312,83€
Passivos Financeiros (amortizações)	Tesouro, Banca, PAEL, PTH	2.538.796,09€
Juros	Banca, juros de mora, tributários	1.783.946,45€
Água e Saneamento	ÁTMAD	1.870.752,00€
Resinorte e Rede Ambiente	Resíduos	1.782.798,83€
AVT	Transportes Escolares + UC	1.915.100,93€
EDP	Iluminação Pública	1.011.103,00€

As despesas com pessoal estabilizaram desde 2010, em cerca de 25% da despesa total da Autarquia. Em 31 de dezembro de 2013, o Município de Chaves possuía 475 trabalhadores e 2 avençados, não tendo trabalhadores em situação precária; estão todos com contrato de trabalho por tempo indeterminado; as duas avenças são o médico de trabalho e o consultor jurídico.

Importa referir que para o ano de 2015 estão previstos cerca de 400.000€ de subsídios para instituições sem fins lucrativos, nomeadamente associações desportivas e culturais, verbas estas que, como sabem, não foi possível atribuir em 2014.

Foi também orçamentado para 2015 a verba de 112.500€ referente a apoios para aquisição de equipamento e remodelação de instalações dos bombeiros do nosso concelho.

Relativamente ao PPI, o orçamento prevê um investimento global de cerca de 15,2 milhões de euros dos quais, o montante significativo se destina à conclusão das seguintes empreitadas, todas cofinanciadas:

- Fundação Nadir Afonso
- Museu das Termas Romanas
- Projeto Áquae
- Balneário de Vidago e Requalificação da envolvente Aqanatur.
- Rodovia de Acesso prioritária – lanço 3 (não participado e que envolve um investimento de cerca de 2.5 milhões de euros).

Concluimos já, no decurso do presente ano, as obras do parque de estacionamento do Centro Histórico e o pavilhão Expo Flávia.

Na sequência da publicação da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico de recuperação financeira municipal, regulamentando o FAM – Fundo de Apoio Municipal - veio a ser determinada a obrigatoriedade de os Municípios Portugueses contribuírem para o Fundo de Apoio Municipal – FAM - o qual será realizado no prazo de sete anos. No caso em concreto, do Município de Chaves, veio a ser comunicada uma contribuição global de 1.394.557,25€, sendo que, para o ano de 2015, promoveu-se a necessária inscrição da rubrica 09.08.06, dotada com o valor de 199.222,00€.

O Plano Plurianual de Investimentos contempla todos os projetos/ações que o Município se propõe desenvolver, e nalguns casos concluir em 2015, domiciliados nas respetivas



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 07/2014

Funções. O valor previsto totaliza **15.198.203,39 €**, registando a seguinte representatividade quanto às funções que o compõem:

Análise da representatividade das Funções no Cômputo das GOP'S e no Total do Orçamento				
	Total GOP'S	%	Total Orçamento	%
	15.198.203,93 €	100,00%	40.995.728,50 €	37,07%
Funções Gerais	2.736.749,96 €	18,01%	2.736.749,96 €	6,68%
Funções Sociais	7.563.791,17 €	49,77%	7.563.791,17 €	18,45%
Funções Económicas	4.897.662,80 €	32,23%	4.897.662,80 €	11,95%

É um orçamento de rigor, equilibrado, em que as funções gerais, sociais e económicas estão na proporção das nossas prioridades e preocupações, sendo que as funções sociais absorvem quase metade da dotação orçamental. Do quadro acima descrito, verifica-se um esforço significativo nas “funções sociais”, no qual o município definiu como prioritário face à expressão numérica que foi prevista (7.563.791€), conferir apoio social aos mais desfavorecidos, idosos, jovens em risco, bolsas de estudo, bombeiros, habitação social, situação evidente de famílias carenciadas, etc. Persiste a preocupação em reduzir:

- Os pagamentos em atraso;
- Diminuir o prazo médio de pagamentos que em 31-12-2013 era de 231 dias;
- Promover a redução nas despesas de funcionamento (comunicações, pessoal, eletricidade, seguros, limpeza e higiene, material de escritório);
- Promover a alienação de bens imóveis para aumentar a receita;

Vamos em 2015:

- Elaborar os projetos para os Programas do Quadro Comunitário de Apoio entre 2014 e 2020, nomeadamente:
 - Novas Piscinas Municipais
 - Pavilhão na Escola Nadir Afonso (para que em conjunto com o Pavilhão Gimnodesportivo, constituam um bom espaço de exposições e feiras)
 - Parque Urbano Desportivo.

Queremos:

- Que o Município de Chaves se encontre nos primeiros lugares de volume de investimento a nível nacional; em 2012 ocupávamos o 20º lugar e em 2013 ocupávamos o 26º, apesar do difícil contexto económico-financeiro que atravessamos.
- O município de Chaves tem à data de imobilizado líquido, 151,6 milhões de € comparado com o imobilizado de 2002 que era de 10,4 milhões de €, o que se traduz num acréscimo significativo de investimento.

O PS apresentou um conjunto de propostas que podemos dividir em dois grupos:

- As propostas que diminuem a receita num total de 1,26 M€ (não aumento do IML e devolução de 1% do IRS);



- As propostas que aumentam as despesas que estimamos em 25 M€; só com a proposta de aquisição de 2/3 dos prédios da zona histórica em estado avançado de degradação, representaria um investimento de aproximadamente 16 M€.

Onde está o milagre?

Temos de pagar as dívidas, temos de concluir as obras em curso, temos de manter o mesmo nível de prestação social e em simultâneo, segundo as propostas do PS, podemos diminuir a receita em 1,2 M€ e aumentar a despesa em mais 25 M€.

Em função da atual situação financeira do município, o orçamento é elaborado para realidades e não para sonhos ou fantasias. Uma proposta alternativa credível teria de apontar para a diminuição do investimento e não para o seu aumento.

Este é o Orçamento possível. Peço portanto a esta Assembleia um voto favorável.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que o Orçamento em análise além da componente orçamental devia ter também a componente estratégica.

“Vamos votar as Grandes Opções do Plano que têm uma componente estratégica relevante e o Senhor Presidente da Câmara apenas apresentou, com algum detalhe, a proposta de Orçamento.

A proposta que o Partido Socialista fez em sede de direito de oposição não foi a que o Senhor Presidente apresentou, de um terço das habitações degradadas. Nós propusemos a aquisição de duas ou três casas na zona histórica por ano, em avançado estado de degradação, para as reabilitar. Essa reabilitação urbana teria de ter uma componente habitacional, comercial e de serviços. Sabemos que a Câmara não teria capacidade financeira para reabilitar um terço dessas habitações e por isso fizemos uma proposta mais comedida, que podia fazer pedagogia. Se não conseguisse negociar poderia recorrer à via da expropriação e reconstruir as casas e coloca-las para habitação de jovens com dificuldades. Esse processo iria dar novamente vida à zona histórica, dar-lhe atratividade tornando-a um lugar de moda e influenciar outros proprietários a recuperar também, implementando o investimento público que ali foi feito. Impunha-se esta correção porque não apresentamos propostas de despesa.

Também apresentamos propostas de redução de despesa e nesse sentido propusemos a instalação de equipamento que permita controlar a entrada da água da chuva no sistema de saneamento para que a Câmara não pagasse a fatura que está a pagar, de tratamento de saneamento.

Quando foi aqui discutida a participação, ou não, de IRS e da sua distribuição pelos cidadãos, o Senhor Presidente da Câmara disse que não havia aumento para 2015 e que a receita do IMI seria mais ou menos a de 2014, porque como havia menos pessoas a pagar impostos, naturalmente que a receita do IRS seria menor. Não é isso que diz o mapa 11 da lei do orçamento para 2015 onde se percebe que o incremento do IRS é superior a trezentos mil euros; a nossa proposta era de duzentos e oitenta mil euros. O que nós propusemos era que dos 5% que a Câmara recebe de IRS, 1% fosse para os cidadãos e dessa forma aumentar a sua disponibilidade financeira, de modo a que fizessem despesa e dinamizassem o nosso comércio. É uma questão de opção que respeitamos mas que não deixamos de criticar.



Se a autarquia não estivesse na situação financeira em que se encontra, 2015 seria um ano para se fazer algum investimento com recursos próprios, sem necessidade de captar investimento em fundos comunitários. Isto porque seriam oitocentos mil euros que vêm dos fundos municipais, mais um milhão de euros de IMI, a somar a um esforço muito significativo que se apercebe nas contas apresentadas. No ano de 2015 vai haver um incremento de impostos e taxas de mais de cinco milhões de euros mas verificamos que neste ano não vai haver investimento porque os projetos inscritos no PPI são apenas isso – projetos. Não vemos ali obra nova de relevo, apenas a conclusão das que estão em execução.

As G O P são grandes opções para um horizonte de quatro anos. Temos aqui o PPI, temos outras atividades mais relevantes e o Orçamento. O senhor Presidente só falou do Orçamento. Quanto ao PPI e quanto a um enquadramento estratégico eu não percebi qual é a orientação estratégica; o que pretende fazer com a nova dotação financeira. Gostaríamos de saber quais são as grandes prioridades de curto, médio e longo prazo, que estão a começar a ser inscritas nos planos estratégicos da Câmara e do Alto Tâmega para 2014/2020 e que houvesse uma correlação entre essas prioridades, o PPI, o Plano de Atividades e o Orçamento. Este é, em meu entender, um Plano de inércia que não tem nada de novo. Na prática não estamos a votar nada de inovador. Temos um conjunto de documentos com um conjunto de despesa corrente que tem de ser suportada, mas não temos investimento.

Já imaginaram o que se poderia fazer com um milhão e setecentos mil euros de juros? Essa é a dotação inscrita para 2015, de juros. As funções sociais inscritas no PPI de 50% referem-se à Fundação, ao Museu e pouco mais. A dotação inscrita para apoio dos estratos sociais desfavorecidos são mil e tal euros. Se a ação social é exercida através de empresas ou outras associações temos de conhecer em concreto a atividade dessas associações; quem apoiam, com o quê e de que forma, porque é dinheiro público que está em causa. Não podemos apregoar a transparência e esconder a informação. Se o apoio social não é de mil e tal euros mas sim quatrocentos mil euros tem de se explicitar para quem, porquê e como se garante a igualdade de oportunidades; que se apoie quem merece.

O Senhor Presidente da Câmara não disse na sua tomada de posse ou no orçamento para 2014 que queria apoiar as freguesias já em 2015 com uma verba superior a quinhentos mil euros? No entanto olho para o Orçamento e não vejo lá nada. Quando nós Município reclamamos da Administração Central apoio, colaboração, solidariedade, transferência de meios e a nível interno não damos nada às nossas freguesias; entendo que deve haver aqui alguma solidariedade relativamente a estas instituições. Isto porque com a publicação da Lei 75/2013, de 12 de setembro foram atribuídas às freguesias um conjunto de novas obrigações e responsabilidades e isso não se consegue apenas com protocolos de antigas escolas primárias. A lei fala de apoio financeiro, técnico e patrimonial e se for numa destas vertentes já é muito bom. Sabemos das dificuldades mas há que fazer opções.

Este Orçamento não faz o reforço da coesão social, não faz o reforço da coesão territorial e também não dá confiança e esperança; não acrescenta competitividade.

Ao nível local era importante que se pudesse pensar num problema de âmbito nacional – a natalidade. Não estou a propor nenhuma medida em concreto mas



sugeria que esta questão fosse discutida de forma séria, responsável; valeria a pena constituir um grupo de trabalho, alguém que pudesse dar contributos, recolher opiniões, sugestões. Saber em concreto o que é que o Concelho de Chaves entende que pode fazer. O maior desafio não são as finanças, são as pessoas e o maior desafio vai chamar-se natalidade.

Estamos a discutir um documento que na dimensão orçamental pode ficar sem sentido porque daqui a quatro ou cinco dias pode ficar sem sustentabilidade. Isto porque se o contrato de empréstimo não tiver eficácia financeira, o que está inscrito nalgumas áreas do Orçamento vale muito pouco. Há cautela eu aconselharia que esta proposta em análise tivesse sido objeto de uma alteração em sede de reunião de câmara e hoje, nesta sessão estivéssemos a pronunciar-nos não sobre este orçamento, mas sobre um orçamento alternativo, que tivesse a ver com o empréstimo. Isto porque não acredito que o visto do Tribunal de Contas aconteça ainda neste ano económico.

Daquele conjunto de faturas que estão no processo de empréstimo, gostaríamos de saber quais são as que vão ser retiradas e quais as que vão ficar”.

FRANCISCO JOSÉ T. L. SILVA PRETO do MAI – disse que em relação aos documentos em análise o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro já disse quase tudo.

“Em primeiro lugar, e no que diretamente às contas diz respeito, achamos que deveria existir mais rigor na orçamentação e controlo, assente no plano anticorrupção, cujo aparecimento nesta altura se estranha por tardio.

Continua-se a justificar sempre o injustificado de forma residual através da rubrica OUTROS, seja nas Receitas seja nas Despesas, senão, vejamos objetivamente:

Receitas:

- 02.02.06.99.99 Valor 3.516.798,88 € Outras Receitas correntes, valor superior a 10% das receitas totais, São o Quê?
- 05.07.01.01 Valor 1.000.000 €, ATMAD, valor de Rendimentos de Propriedade? Qual.
- 05.10.99.02, Valor 2.500.000 €, ATMAD, Valor de Rendas Outros? Quais.

Despesas:

- 01.02.13.02, Valor 40.000 € Outros Suplementos e Prémios, Pagos a quem?
- 02.01.21, valor de 1.038.869,85 €, Outros de “Material de Educação e Recreio”? Isto é o quê?
- 02.02.20.99, Valor 799.582,72 € Outros em Trabalhos Especializados? Serviços de que natureza e de quem?
- 02.02.25.99, Valor de 592.674,41 €, Outros em Outros Serviços?
- 03.05.02, valor de 606.554.75 € em Outros, em Outros Juros, a que respeitam?

Despesas de Capital:

- 07.01.03.07, valor de 5.320.192,27 € em Outros dentro do Investimento em Edifícios sem especificar a que respeitam, quando este valor representa cerca de 75% do Investimento em Edifícios?
- 07.01.15, valor de 1.139.040,02 €, em Outros Investimentos?

São valores demais e excessivamente elevados para serem de carácter residual, como pretendem querer justificar em OUTROS.



Passando para a parte das políticas do orçamento, repete-se o ano anterior, agravado pelo défice que deveria estar devidamente assumido e que no meio de tanto papel não se descortina expressamente.

Importante também é a circunstância de que o bolso dos Flavienses vai ser atacado por mais impostos municipais (não bastam aqueles com que o Governo já nos penaliza), ou seja, 2015 vai ser um ano pior para viver em Chaves do que foi este e os anteriores, razão pela qual este orçamento não merece a nossa aprovação.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO – Rui Manuel Branco Rodrigues – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Relativamente aos documentos que estão em discussão queria realçar no PPI as obras que estão a decorrer nos Balneários de Vidago e de Chaves. O Plano prevê que sejam desenvolvidas tarefas que permitam colocar o concelho de Chaves, na sua globalidade, como destino turístico. O certo é que em termos financeiros não me apercebo de alguma verba específica. Julgo que para além daquilo que são as atividades culturais locais, temos de pensar mais alto. Isto porque está na altura de nos organizarmos de modo a tornar Chaves num destino de excelência.

As freguesias continuam a ficar esquecidas. É certo que o Senhor Presidente da Câmara sabe que as Juntas de Freguesia têm tido uma grande compreensão, nomeadamente em relação à situação difícil que o município atravessa, mas havia o compromisso de que no final deste ano pudesse haver a possibilidade de estabelecer alguns protocolos para execução de obras. Verificamos que em 2014 foi inscrita uma verba de seiscentos mil euros, alguma da qual já foi liquidada mas a verdade é que as Juntas continuam, por um lado a ter pagamentos em atraso referentes a protocolos assinados há algum tempo e por outro lado o inscrito para 2015 é um valor muito reduzido – 46 mil euros.

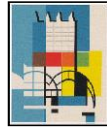
Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, caso o financiamento previsto for visado e aprovado, se haverá a possibilidade de as Juntas de Freguesia, no decorrer do próximo ano, terem verbas para desenvolver as suas atividades.

É de louvar a atitude que o Senhor Presidente tem tido com as Juntas de Freguesia no sentido de delegar competências e transferir responsabilidades, mas nós para podermos executar essas competências e dar resposta às necessidades dos nossos cidadãos necessitamos também da parte financeira”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que os anteriores intervenientes já falaram de números pelo que vai colocar questões diferentes.

“Pergunto como é que chegamos a uma região, a um concelho tão deprimido, com tanta falta de perspetiva e ao fim de um ano de mandato, o Senhor Presidente da Câmara não consegue transmitir algum entusiasmo. Isso para mim é preocupante porque eu vivo cá. Não há projetos para o Concelho. Os projetos anteriores da Autarquia do PSD, no essencial, naquilo que representavam para o desenvolvimento do Concelho quase todos falharam. Foi o Mercado Abastecedor, foi a Plataforma Logística, o Parque Empresarial e até a própria Escola Superior de Enfermagem.

Não resisto à tentação de dizer ao Senhor deputado Nuno Vaz que legitimamente se preocupa com a natalidade, que a natalidade não depende muito de políticas locais e seguramente o encerramento da maternidade não foi um passo positivo para o incremento da natalidade. Já percebemos que o que nos resta é o turismo. Mas é um



turismo sem projeto. A cidade tem vindo a descaracterizar-se ao longo dos anos; foi a saída do antigo mercado e todo um conjunto de coisas que foram feitas no passado que permitiram isso. Se olharmos para outras cidades, por exemplo do Minho e do Alentejo vemos que a preocupação com a preservação do património permite ter um potencial de desenvolvimento que nós aqui não temos. A âncora será o Museu das Termas Romanas, a Fundação Nadir Afonso, as Termas de Chaves.

Não é possível que uma Região se desenvolva na área turística sem se perceber como é que a agricultura e os produtos regionais encaixam nisso, a própria agroindústria encaixa nisso; senão não vamos a lado nenhum. Hoje apercebemo-nos que o ambiente depressivo da apresentação destes projetos é assustador. Eu não vejo rasgo para se sair deste colete-de-forças. É preciso que se fale disso. Estivemos tanto tempo à espera da autoestrada, agora com portagens que são inconcebíveis. As políticas nacionais que esvaziaram o Tribunal, o Hospital, a UTAD, as Escolas do Concelho, que vão esvaziar a Segurança Social, estão agora a mostrar as consequências. Com a legislação que há sobre trabalho e sobre os direitos à maternidade, não é fácil inverter a política de natalidade.

Como é possível apresentar um Orçamento para 2015 sem a preocupação com a emigração de jovens que continua a verificar-se. Estamos a construir o mito de que os jovens que emigram vão para um mundo ideal, o que é completamente falso. Era bom que os autarcas começassem a refletir sobre o trajeto dos nossos jovens que saem, não sobre o padrão em que saíam antes; hoje saem sem uma perspetiva de voltar, saem para andar de país em país; saem sem qualquer tipo de projeto. Se queremos acreditar que há algum caminho para esta região é importante que se faça essa reflexão.

Estamos a aprovar um orçamento que não sabemos se daqui a uns dias não terá de ser refeito por uma situação criada pelo governo do PSD, do PS e do CDS.

Gostava que o Senhor Presidente da Câmara viesse transmitir uma ideia de esperança e de futuro, indicando qual o caminho a percorrer. Sem modificação das políticas nacionais não é possível relançar um projeto na Região. Temos um enorme aumento de recolha de impostos, em que alguns flavienses vão pagar mais, podendo haver alguns que até possam pagar menos, mas não podemos viver com as contas certinhas e sem perspetivas de futuro. O que a mim me preocupa não é o endividamento da Autarquia. O que me preocupa é que a Autarquia se endividou num período de tempo que vem de antes de 2002 e o projeto pelo qual se endividou falhou completamente. Perdemos população, perdemos PIB, temos um rendimento per capita muito abaixo da média nacional e temos mais desemprego. A nossa perspetiva é que terminem as obras das Termas Romanas, que a crise não acabe com as Termas de Chaves, esperamos que a Fundação Nadir Afonso consiga captar visitantes e que o prejuízo não seja muito grande. Não temos outros projetos.

Esperamos que haja alguma perspetiva, até das freguesias, em que digam que têm projetos na área do turismo, na área de produção de produtos certificados, e que só precisam do suporte financeiro para lançar estes projetos. Não sabemos até quando a escola de Enfermagem vai ter sustentabilidade e quantos estudantes da região beneficiam dela. Ou se faz uma reflexão profunda e se percebe até onde vamos ou então limitamo-nos a empobrecer lentamente, pagando as dívidas.



O essencial das responsabilidades do apoio social é uma função do Estado. Não é das autarquias. As classes sociais mais desfavorecidas são uma responsabilidade dos Estado. O Estado está a empurrar mais responsabilidades para as autarquias a nível do ensino, do transporte de doentes e outras situações. São presentes envenenados que se destinam a destruir a Escola Pública e o Serviço Nacional de Saúde.

O estrangulamento financeiro das autarquias vem da alienação de responsabilidades por parte dos municípios, na área dos serviços básicos. Em termos nacionais só a CDU se bateu para que não se alienasse a gestão da água e dos resíduos sólidos. Para que não se alienassem as funções tradicionais das autarquias porque um dia, quando tudo isso se transformasse num negócio e já está a acontecer, não caísse em cima das autarquias e depois empurrar as dívidas para o consumidor final. Isto não é sustentável no Algarve, em Trás-os-Montes e em nenhum município do interior. Depois vem o princípio do consumidor pagador. As freguesias têm um capital muito importante a defender que é a água e daqui a algum tempo nem isso vão poder conservar.

As autarquias têm de reassumir as suas funções clássicas, em termos de água e resíduos sólidos. É necessário fazer campanhas de sensibilização para não desperdiçar e reciclar, para racionalizar os sistemas e torná-los sustentáveis.

As autarquias estão estranguladas e com isso perdem até a capacidade de contestação política, pelas decisões tomadas ao longo dos anos.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que o Grupo Municipal do PSD entende que a proposta de orçamento e respetivos documentos previsionais foi amplamente explicada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Orçamento para 2015 está elaborado de acordo com a situação económica do país e do concelho e é um Orçamento que ronda cerca de quarenta e um milhões de euros. É realista, ajusta-se à realidade do município e tem ainda o pressuposto da efetivação do empréstimo de saneamento financeiro, contratualizado e para o qual se aguarda o visto do Tribunal de Contas.

O Orçamento tem opções políticas no seu Plano e não é mais do que a quantificação dessas opções e prioridades estratégicas do Município de Chaves para o ano de 2015.

Na Educação há uma clara intenção de responder às crescentes solicitações e exigências, nesta área, nomeadamente na revisão da Carta Escolar, na requalificação da rede de Jardins-de-infância, nas escolas do 1º. Ciclo; reforçar o projeto “Viver a Escola” para melhoria da sociabilização das comunidades escolares, inseridas em meio rural; ajudar a reforçar a participação e a corresponsabilização dos encarregados de educação através de Federação Municipal de Associações de Pais e Encarregados de Educação do Município de Chaves.

Na área da cultura a partir do próximo ano pretende-se fomentar a criação de indústrias culturais e criativas; incrementar e dinamizar a nossa matriz local; colaborar com as associações locais e desenvolver, entre outros, alguns dos seguintes eventos: Festa dos Povos, Festa do Mercado Romano e outros festivais infantis que têm vindo a ser criados ao longo dos últimos mandatos de gestão social-democrata. Tendo em vista um desenvolvimento sustentado na afirmação da entidade cultural do



Concelho, pretende-se concretizar o Museu Nadir Afonso e o Museu das Termas Romanas. Iniciar a construção do Museu etnográfico em Vidago. Implementação na Quinta de Freixeda de um Museu Etnográfico e de um Centro Interpretativo para o mundo rural.

Pretendemos continuar a apoiar o Desporto desde criar o Conselho Municipal do Desporto a reformular o Regulamento para atribuição de subsídios para a sua promoção. Requalificar e ampliar a Piscina Municipal de Chaves. Construção de um Pavilhão Desportivo na escola Nadir Afonso, cujo projeto se encontra em elaboração. Transformar o parque multiusos de exposições e feiras de Santa Cruz, em Parque Urbano Desportivo, com complexo de ténis e uma pista de desportos radicais.

Para a Juventude o executivo irá elaborar um Plano Municipal de Juventude que seja participado, transversal e que vá ao encontro das expectativas, desejos e necessidades de todos os jovens, indiscriminadamente. Construir uma sociedade do conhecimento e em rede, com projetos de empreendedorismo juvenil e de inserção na vida ativa, que necessitam de um novo impulso empreendedor, proporcionado pela autarquia, pelas suas associações, pela comunidade empresarial, industrial e social.

Na Inclusão Social vamos criar um “Fórum Social” com a participação de todas as IPSS do Concelho e a sua valorização quer através da criação de um gabinete para a inclusão, quer através da promoção de uma equilibrada distribuição de equipamentos pelo território. Reformular a Carta de Equipamentos Sociais e Rede de Equipamentos Sociais (Lares, Centros de Dia, Centros de Convívio e Rede de Apoio Domiciliário). Apoiar a construção dos seguintes equipamentos: Lar de Vila Verde da Raia, Lar de Tronco, Lar de Outeiro Seco, Lar do Couto de Ervededo e a transformação em Lar do Centro de Dia de Santo António de Monforte. Criar um Centro de Apoio para pessoas portadoras de deficiência e dar especial atenção a estas pessoas e aos estratos sociais mais desfavorecidos.

Na Valorização do Território vamos promover o Planeamento do Território, a Regeneração Urbana do Centro Histórico, a infraestruturação e outros equipamentos e a continuidade da aposta, fundamental, no ambiente.

Vamos valorizar as Atividades Económicas desde a agricultura ao desenvolvimento rural, ao turismo, à indústria, ao comércio e aos serviços.

Vamos continuar a imprimir à Cooperação Institucional uma nova dinâmica focada em quatro dimensões: Juntas de Freguesia, Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Instituições Nacionais e Cooperação Transfronteiriça.

Vamos continuar a aposta nos Serviços em que a sustentabilidade municipal tem de assumir uma nova dimensão focada em paradigmas tão simples como a participação pública, a contenção de custos intermédios, a racionalização de equipamentos e de recursos, a transparência e responsabilidade. A execução da política municipal de sustentabilidade, resumida na expressão “menos Câmara, mais Sociedade” através da modernização administrativa, da gestão racional de infraestruturas e da valorização da cidadania, com o reforço do papel do cidadão e da criação do “Fórum de Cidadania” em que seja permitida a discussão de constrangimentos no exercício da atividade municipal mas também fomentando a discussão relativa, em torno da eficiente gestão, quer de recursos, quer de infraestruturas do município.



No Plano Plurianual de Investimentos estão contemplados todos os projetos e ações que o Município se propõe desenvolver e nalguns casos, concluir em 2015. Referir que das Funções Gerais, Económicas e Sociais a aposta nas Funções Sociais significa cerca de 50% do total das Funções. Esse apoio significativo vai para os mais desfavorecidos, para os idosos, para os jovens em risco, para a habitação social e para a situação de famílias carenciadas e outros, como as bolsas de estudo. As tais bolsas de estudo implementadas pelo executivo PSD em 2002, com as quais o PS em 2001 não concordava, que se iniciaram com vinte apoios e atualmente são vinte e cinco.

Este é um Orçamento pragmático como se verifica pela manutenção dos ativos importantes do município. É um Orçamento de rigor, quer na previsão da arrecadação da receita, quer na previsão da despesa. É um Orçamento estimulante em matéria de investimento, sobretudo em projetos cofinanciados por fundos comunitários. É equilibrado em termos de previsões. Contempla uma função que não é dissociada da realidade nacional.

Convicto que cumprimos um dever para com o Concelho de Chaves, o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente os Documentos Previsionais para 2015, prosseguindo uma renovada dinâmica de políticas de ação autárquica, impulsionadora da matriz social-democrata, reformista, que o PSD tem vindo a implementar neste Município.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas dizendo que quando o Presidente da Câmara apresenta os documentos previsionais não está à espera de ver grande entusiasmo na bancada da oposição.

Mas há quem tenha analisado os documentos apresentados e tenha visto visão estratégica. A intervenção do Senhor deputado Nelson Montalvão reflete isso mesmo. Projetos para o concelho e visão estratégica. Construir equipamentos como o Balneário Termal de Vidago, tão desejado pelas populações de Vidago, e hoje concretizado, requalificar o Balneário de Chaves, construir dois museus, o das Termas Romanas e o Museu Nadir Afonso é ter visão estratégica. De referir que são dois equipamentos que ainda não estão concluídos mas já foram referenciados em revistas internacionais. Na semana passada esteve cá uma revista italiana que veio fazer uma grande reportagem fotográfica ao edifício da Fundação. No próximo Domingo teremos cá um vasto conjunto de arquitetos e artistas plásticos, convidados pelo arquiteto Siza Vieira que vem visitar a mesma obra. Já somos a cidade com mais dormidas do Distrito e isto vai reforçar ainda mais o turismo nesta região.

Foi dito também que não há visão para a agricultura e para a agroindústria. Então a certificação de produtos, nomeadamente do pastel de Chaves não é ter visão estratégica? Porque é que outros não o fizeram antes? A verdade é que isso tem provocado um aumento do número de empresas que produzem o pastel de Chaves e tem promovido a sua colocação nos mercados nacional e internacional.

Nesta semana tive a honra de participar na escritura pública da constituição do "Clube dos Produtores dos Sabores de Chaves". É preciso agrupar/organizar a produção, formatar a produção para ajudar nas vendas, para ter escala e conseguir chegar aos mercados. Isto é ter visão. A Câmara não teve custos e o seu Presidente participou como cidadão nessa escritura.



Ao nível da agroindústria estamos no processo de certificação do foliar de Chaves que queremos que venha a ser tão valorizado como é o nosso pastel. Iniciámos o processo de certificação de outros produtos, nomeadamente o presunto de Chaves, embora este, nesta altura não esteja no mercado porque não existe em quantidade; estamos a incentivar a sua produção e foi constituída a Associação da criação do porco “Bísaro” para dar continuidade à tradição daquilo que é realmente o presunto de Chaves e levá-lo para os diversos mercados.

Eu disse que este Orçamento é feito para a atual situação financeira do Município e não para sonhos e fantasias. Podemos sonhar muito e ter muitas fantasias mas a verdade é que os municípios, ao contrário do Governo, não podem violar as regras porque se o fizerem podem responder pessoalmente e serem responsabilizados pelos atos que praticam. Esta é a realidade.

Aos Senhores Presidentes de Junta tenho a dizer que, infelizmente, o ano de 2015 ainda é um ano de consolidação e não é possível saber qual vai ser a nossa disponibilidade financeira para investimento nas Freguesias. No entanto os investimentos vão sendo feitos à medida que vai sendo possível e esta prática de fazer protocolos com as Juntas é uma prática muito própria da Câmara Municipal de Chaves. São poucos os municípios do país que fazem isso e na região do Alto Tâmega há municípios que não transferem qualquer valor em protocolos às Juntas de freguesia, optando por serem eles a fazer os investimentos onde são necessários. Independentemente dos protocolos feitos numa altura em isso foi possível, a Câmara efetuou, diretamente, várias obras nas freguesias nomeadamente saneamento, reforço de abastecimento de água, com novos furos, aquisição e colocação de bombas em furos, substituições das redes de abastecimento de água, estradas e outras. Nos últimos doze anos fizeram-se mais redes de saneamento nas freguesias do que nos últimos vinte e cinco anos anteriores e não foi feita nenhuma rede sem a implantação da respetiva ETAR; as poucas redes de saneamento feitas há mais de doze anos foram feitas com fossas sépticas que hoje estão a dar imensos problemas e é necessário substituí-las por ETAR's. É bom reconhecer que o que se fez foi feito com qualidade.

Há estratégia na Educação. Tem havido muita colaboração com a Escola Profissional de Chaves e hoje esta Instituição tem dois cursos de nível 4 a funcionar, protocolados com Instituto Politécnico de Bragança. Infelizmente a natalidade teve uma quebra extraordinária e isso reflete-se na educação. O Município não tem nenhuma política especial para a natalidade; há municípios que dizem que têm e dão uma determinada verba por cada nascimento mas isso não garante que esse cidadão, que nasceu, vai ficar a viver nesse concelho toda a sua vida. Aliás o que se verifica é que há uma total ausência de estratégia para a natalidade a nível de todos os governos que têm gerido o país, incluindo o atual, apesar de este último ter feito um plano que já deu algum resultado ao considerar o número de filhos para descida do IRS.

O senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro referiu a recuperação de duas a três casas por ano, no Centro Histórico. A declaração de voto dos Senhores Vereadores do PS na Câmara diz dois terços. Mas admitindo que houve um lapso na declaração de voto feita na reunião do executivo de vinte e quatro de outubro, a verdade é que na reunião de cinco dezembro os Senhores Vereadores voltaram a mencionar dois



terços. Se foi um erro tiveram oportunidade de o corrigir e não o fizeram e isso é o que está nos documentos oficiais – as atas.

Se em Chaves também pudéssemos aplicar taxas e taxinhas, as tais de entradas em aeroportos, talvez pudéssemos baixar outras.

Disseram aqui que a Função Social só tem inscrita uma verba de mil euros mas isso não é verdade e o futuro o confirmará.

Não limito os Senhores Presidentes de Junta na sua ação, nem os limitarei, qualquer que ela seja. Não consigo compreender uma insinuação que aqui foi feita. Os Senhores Presidentes de Junta gozam de inteira liberdade para discutir o que entenderem e votar conforme a sua vontade. Defendam as vossas freguesias como lhes compete e eu estarei aqui para vos apoiar. A este nível estamos a inovar duplamente, primeiro com a criação, em 2001, do Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias, que, segundo a opinião dos Senhores Presidentes tem sido uma mais-valia muito importante nessa área e agora com a criação da Associação de Freguesias do Concelho de Chaves que incentivei, para que os seus Presidentes unidos possam definir melhor o nosso futuro coletivo. Quando a Associação estiver a trabalhar em pleno algumas das máquinas da Câmara Municipal serão colocadas à sua disposição para usar da maneira que melhor lhes convier, ficando a Câmara a suportar os custos da sua manutenção bem como os salários dos seus operadores. Isto significa estar preocupado com o território e com as freguesias.

Concordo com o Senhor deputado Manuel Cunha quando disse que as políticas sociais são função do estado e deviam manter-se sempre nessa esfera. Numa deslocação ao Concelho um Senhor Ministro perguntou-me se a Câmara de Chaves não queria ser uma Autarquia piloto na gestão das escolas; respondi-lhe perentoriamente que não porque não concordava com isso e disse-lhe ainda: «Senhor Ministro se quer diminuir a qualidade do ensino em Portugal, faça isso e depois vai verificar que os Senhores Presidentes de Câmara quando tiverem essa competência, terão a tendência de colocar os que andam com a bandeira, nos lugares, vai ser muito grande e a qualidade em vez de aumentar, vai diminuir».

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que o Senhor deputado Nelson Montalvão identificou, nos documentos em análise, linhas de orientação estratégica e investimentos que ele não identificou.

Efetivamente não consegui identificar essas obras, esses investimentos e esse projeto estruturante, que vai aumentar a competitividade do Concelho e modificar a sua estrutura social, a sua dinâmica social, cultural e económica. Certamente, poderemos avaliar essa situação na Prestação de Contas de 2016, relativamente ao desempenho de 2015. Estamos a analisar uma proposta de Orçamento, de intenção, de um caminho a seguir. Neste momento vale tudo e tudo o que dissermos é válido e não pode ser refutado.

Recordo ao Senhor Presidente da Câmara que no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, na reunião em que estive presente, as propostas que estão aqui enunciadas em papel, foram-lhe comunicadas, foram discutidas e conversadas. Eu referi sempre duas a três casas e não dois terços das casas. Realmente se tivesse tido em conta a nossa conversa as considerações que fez não tem sentido. Já



percebemos que foi um equívoco e eu vou melhorar a escrita para que isso não volte a acontecer. O que eu quis dizer foi duas a três casas.

Quando referi a questão do apoio social não estava a reportar-me às transferências para as Associações. Esta a reportar-me à verba inscrita ao abrigo do regulamento municipal para o apoio a estratos sociais desfavorecidos e desafio o Senhor Presidente a corrigir esta minha afirmação.

Se a questão se coloca ao nível da transferência para associações, para que estas realizem funções sociais, em nome do município, estamos a falar dos subsídios e, então, eu desafio o Senhor Presidente a dizer exatamente o nome das pessoas que são apoiadas, em que medidas, os critérios usados, que regulamento existe, porque as associações nós sabemos quem são. Senão podemos ter a suspeita que este dinheiro está a ser usado com outros fins e nós não a queremos ter. Basta que nos digam como é que o dinheiro é utilizado, com que critérios e quem é que beneficiou dele. Para uma intervenção social completamente transparente permita-se que o Relatório dessas Associações venha à Assembleia Municipal para conhecimento das atividades que desenvolvem.

O PPI está arrumado em três funções: funções sociais, funções económicas e funções gerais. Foi aqui dito que cerca de 50% são de funções sociais. As funções sociais e a expressão financeira que ali estão representadas são, basicamente, o Museu Nadir Afonso e o Museu das Termas Romanas. Não estamos a falar em nada de extraordinário. Quando falamos de conceitos temos que os explicitar.

Sobre as bolsas o PS defende que o número a atribuir seja superior; não somos contra. Se o PS em 2001 tomou a posição de ser contra as bolsas eu tenho uma posição contrária. Entendo que a Câmara deve fazer um esforço, que é louvável, de apoiar jovens que tenham vontade, competências e capacidades para fazer o seu percurso escolar no ensino superior. Há que entender que a intervenção nas áreas sociais e da educação dos municípios, nalguns domínios é subsidiária. Não têm a responsabilidade principal. As funções de soberania do Estado são primordiais.

Também é importante que os municípios, que são as entidades administrativas públicas mais próximas do cidadão, que conhecem melhor a realidade, possam intervir e suprir algumas carências.

Nós quando fazemos alguma crítica da falta de visão estratégica não significa que não reconhecemos o investimento que está a ser feito na área turística, nomeadamente nas zonas termais de Vidago e Chaves, que é fundamental e peca por tardia. O mesmo digo da área cultural. Mas o investimento físico é o mais fácil. A rentabilização das infraestruturas é que é o difícil; que o desempenho conjunto, individual e coletivo, funcione. Precisamos que este investimento, decisivo, que foi feito em infraestruturas tenha depois uma tradução em mais emprego, mais riqueza – maior ganho para os cidadãos e para a economia local. É isso que nós desejamos e se esse é o caminho, nós concordamos com ele. Na aposta do turismo não divergimos em nada e, concordando com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago, até achamos que é aí que deve ser centralizado o investimento e muita da nossa capacidade. Uma das vias deve ser efetivamente o turismo.

A valorização dos produtos locais e de alguma especificidade local como é o foliar e o presunto, entendo que houve aqui algum avanço e recuo. Isto porque não podemos



esquecer que foi o PSD que acabou com a feira do foliar e desconsiderou alguns produtos locais, permitindo que outros concelhos se afirmassem na produção dos produtos locais. Acho que Chaves está muito atrás de Vinhais e de Montalegre na promoção dos produtos locais e acho que é o caminho que deve ser percorrido. A valorização destes produtos devia ter começado há mais tempo; começou agora e mais vale tarde do que nunca. Concordamos com a aposta no turismo e com a valorização dos produtos locais.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – disse que a partir da página três do Relatório do Orçamento, estão definidas as prioridades estratégicas para 2015.

Sobre os produtos que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro disse que o Executivo deixou fugir, nomeadamente o célebre presunto de Chaves eu pergunto quando é que foi para outras paragens e que produtos estavam certificados noutros tempos em relação aos que agora estão. Também não se acabou com a feira do foliar. Foi deslocizada em termos de sítio porque continuou a ser feita mas com outra dimensão.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas dizendo não querer criar um facto em relação à utilização do termo “dois terços” ou “duas a três”. No entanto vou ler o que está escrito na ata da reunião de Câmara do dia cinco de dezembro e que está escrito de forma igual na ata de vinte e quatro de outubro: «aquisição de 2/3 casas da Zona Histórica, em estado avançado de degradação, a fim de serem reconstruídas e colocadas no mercado de arrendamento para jovens». Como Presidente da Câmara não posso rejeitar declarações de voto apresentadas pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista, com o argumento de que não estão de acordo com a conversa que o líder do Partido teve comigo porque o que vale é o que eles escrevem e entregam para ser transcrito em ata.

Sobre a feira de produtos locais vamos verificar em que ano Vinhais e Montalegre certificaram os seus produtos. Montalegre certificou o presunto de Barroso antes de 2001 e na altura houve a crítica de que alguém em Chaves estava distraído porque não teve em atenção em fazer a mesma coisa, para o presunto de Chaves. E a distração foi tanta que a área geográfica de produção do presunto do Barroso se estende ao Concelho de Chaves. Como hoje foi aberta a possibilidade de voltar a certificar produtos, a Autarquia está a envidar esforços para certificar o presunto de Chaves, para o nosso Concelho sem entrar em território de concelhos vizinhos. O que parou a seguir a 2001 foi a festa do foliar. Era uma festa onde não se vendia nada. A Câmara comprava os folares e colocava-os à disposição da população que ia à Praça de Camões e comia e bebia sem pagar nada em troca. Isso é uma forma de promover o produto? Sim é. Mas não se promovia a sua venda. O que nós fizemos foi realizar uma Feira do Foliar, em que se promove este e outros produtos e se comercializa. Esses produtos já estiveram presentes em feiras em vários locais de Portugal, da Galiza e também em Londres.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se na frase onde consta 2/3, tem a contração da preposição “de” mais o artigo definido “as”.



“Se for assim o Senhor Presidente tem razão, se não for assim, o Senhor Presidente não tem razão nenhuma. Tem de admitir que se aproveitou de um lapso de interpretação de leitura para tirar proveito”

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu novamente a palavra para um pedido de esclarecimentos.

“Eu nunca disse que o processo de certificação dos outros concelhos foi mais cedo do que foi em Chaves. O que eu disse foi que a promoção, a forma de promoção e a visibilidade que têm essas feiras é muito superior à de Chaves”.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 60 votos a favor, 1 abstenção (Presidente da Junta de Freguesia de Curalha) e 16 votos contra, sendo 9 votos do PS, 4 do MAI, 2 da CDU e 1 do CDS/PP. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

A **Senhora deputada Zélia Valoura do CDS/PP** apresentou a seguinte declaração de voto: “Tendo em conta que este orçamento não se centra na coesão social e territorial do concelho, pois não espelha investimentos estruturantes e sustentáveis refletindo sobretudo uma preocupação com encargos administrativos e financeiros que se foram avolumando, nomeadamente os decorrentes do serviço da dívida e que conflituam com o princípio da equidade e da solidariedade intergeracional que uma boa gestão financeira pressupõe.

Este orçamento de cariz mercantilista em que o aumento das receitas assenta sobretudo no aumento da carga fiscal e que vem sobrecarregar mais os flavienses nos encargos a que já estão sujeitos, decorrentes entre outros aspetos da atual crise conjuntural que atravessamos, não se foca nas pessoas e na sua qualidade de vida.

Tudo isto aliado ao fato de Chaves cada vez menos oferecer contrapartidas na relação direta da cobrança de impostos que se impõem aos flavienses, verificando-se, inclusive a perda de centralidade na oferta de bens e serviços, nomeadamente de saúde e de educação o que implica de forma evidente mais um aumento dos encargos dos cidadãos flavienses na satisfação das suas necessidades muitas delas elementares, e aqui não devemos esquecer a população idosa que nos caracteriza e as suas dificuldades, assim como a dificuldade evidente em fixar população.

O que este orçamento deveria sobretudo refletir nos pressupostos do equilíbrio orçamental era uma redução da despesa, nomeadamente daquelas que não são prioritárias ou mesmo desnecessárias, como por exemplo, estudos e consultorias externas, ou ainda na redução de despesas referentes a prémios e ofertas entre outras.

Um outro aspeto que gostaria de referir dentro dos pressupostos da coesão social e territorial prende-se com a verba de 45.885,00 euros para protocolos com as freguesias. Tendo o concelho de Chaves 39 freguesias e de acordo com o novo regime jurídico que contempla a transferência de competências para as freguesias o valor referido inscrito no orçamento perspetiva-se como limitador para a atuação das freguesias tendo em conta a abrangência das novas competências, os compromissos assumidos e a limitação em recursos humanos e financeiros que estas apresentam.

Por considerar que este orçamento não tem em atenção a realidade do concelho e os flavienses o voto é contra”.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS** líder da bancada municipal do Partido Socialista, apresentou, quanto ao ponto 7 da ordem de trabalhos, “documentos previsionais para o ano de 2015”, a seguinte declaração de voto: “As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2015 que nos foram apresentadas



não revelam qualquer estratégia para a promoção do desenvolvimento local e, por isso, não as podemos sufragar.

Votamos contra porque as prioridades estratégicas enunciadas não são mais do que generalidades e um rosário de meras intenções que não têm qualquer concretização e densificação ao nível do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento.

Votamos contra porque faltam propostas concretas para o reforço da coesão social e territorial, mas também para a promoção do emprego e da fixação de pessoas e empresas no nosso concelho.

Em suma, escasseiam as ideias estratégicas e os projetos relevantes para a afirmação de Chaves no contexto regional.

O orçamento da receita foi construído com base em pressupostos que muito provavelmente não se vão verificar no ano de 2015, e, por isso, a probabilidade de ter de ser revisto já no início do próximo ano é muito grande.

O nosso voto é contra porque este orçamento traduz um aumento brutal de impostos, traduzido, designadamente, no aumento da taxa de IMI em mais de 16%, relativamente ao ano anterior, que irá permitir ao cofres da autarquia arrecadar mais um milhão de euros, no aumento das taxas municipais e das tarifas de água, saneamento e lixo.

O aumento dos impostos e taxas municipais vai afetar o rendimento disponível dos flavienses e, por esta via, impedir que a economia local, em particular o comércio, possa recuperar da agonia em que se encontra.

O orçamento não dispõe de recursos financeiros para promover a coesão social, tão necessária nos momentos de exigência social que atravessamos.

O nosso voto é contra também porque não descobrimos nestes documentos qualquer valor relevante para as freguesias e achamos que é fundamental, por razões de coesão territorial, mas também de equidade na distribuição dos fundos públicos que houvesse uma dotação financeira relevante para que elas pudessem concretizar muitas das competências e muitas das tarefas que lhe estão cometidas.

O nosso voto é contra porque não vemos nestes documentos espelhada nenhuma preocupação com as pessoas mais desfavorecidas.

Por tudo isso o nosso voto é manifestamente contra.”

O **Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD** apresentou a seguinte declaração de voto que se apensa à ata.

PONTO 8 - ATUALIZAÇÃO DO VALOR DAS TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELA LICENÇA DE OCUPAÇÃO E UTILIZAÇÃO NOS MERCADOS E FEIRAS MUNICIPAIS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 104/2014.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta.

As taxas de ocupação e utilização dos Mercados e Feiras há muito tempo que não são atualizadas e hoje constatamos que existe uma disparidade muito grande entre as taxas praticadas em Chaves quando comparadas, por exemplo, com Vila Real (em Chaves uma taxa de ocupação de 60 euros, em Vila Real é superior a 300). Isto foi confirmado pelo Senhor Vereador junto dos feirantes que disseram pagarem muito menos em Chaves relativamente a outros concelhos.

Estamos a fazer essa atualização para poder arrecadar mais alguma receita. No mercado municipal uma loja que tenha vinte metros quadrados irá passar a pagar



setenta e um euros por mês; com energia elétrica gratuita, parece-me um valor simbólico. Nas bancas, por cada utilização passam a pagar mais um euro e dois cêntimos.

DEPUTADO ANTÓNIO JORGE PINTO DE BARROS do PS cumprimentou os presentes e em seguida disse que a sua bancada pode concordar com a atualização destas taxas, que não são atualizadas há muitos anos, sobretudo tendo em conta os concelhos vizinhos mas a proposta apresentada é desprovida de qualquer documentação. Não contém termos de comparação nenhuma, isto sem por em causa a palavra do senhor Presidente da Câmara. Devia haver um termo de comparação de acordo com os fundamentos da proposta. Porque a proposta fala na necessidade de readequar o Regulamento das taxas do mercado ao novo quadro legal e esse novo quadro legal exige que exista um estudo técnico que fundamente essas taxas.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 64 votos a favor, 14 abstenções (12 do PS e 2 da CDU) e 1 votos contra do CDS/PP. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** apresentou a seguinte declaração de voto: “o nosso sentido de voto está ancorado na omissão e não explicitação da fundamentação técnica, designadamente na fundamentação económica e financeira desta proposta e daí a nossa incapacidade para a poder ler e entendendo que não estamos habilitados a tomar nenhuma decisão, o nosso sentido de voto é de abstenção”.

PONTO 9 - PROJETO DE REGULAMENTO DOS MERCADOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE CHAVES INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 112/DDSTC/2014.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – perguntou em que situações é que se admite a possibilidade de o Município fazer a adjudicação direta.

Como sabemos a atribuição das bancas, das lojas e dos lugares é feita por hasta pública, mas como Regulamento diz que também há a possibilidade de fazer a adjudicação direta, daí a razão da minha pergunta.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que a adjudicação direta só está prevista, no próprio dia, para as bancas que não são ocupadas. Há bancas que têm uma ocupação mensal e outras que estão livres e são ocupadas à medida que há candidatos a ocupá-las.

Eu não concordo com a lei existente, mas temos de a cumprir. Devia ser permitido à Câmara Municipal poder fazer diferenciação positiva aos feirantes do Concelho e poder atribuir-lhe o que consideramos serem os melhores lugares e sucessivamente contemplar os outros. Não podemos fazer isso porque a lei não o permite.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 77 votos a favor, 2 abstenções da CDU e zero votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 10 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO POLÍTICO TENDO COMO OBJETO A GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA, ATUALMENTE GERIDOS PELAS REGUESIAS DO CONCELHO E SUA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. PROPOSTA Nº. 112/GAP/2014.



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que desde que acompanha a situação política do Concelho de Chaves é a primeira vez que é apresentada uma proposta deste teor.

Estamos perante uma situação que a lei nos impõe. O Decreto-Lei nº. 194/2009, de 20 de agosto, prevê no seu artigo 78º um regime transitório aplicável à gestão de serviços por freguesias e associações de utilizadores. Esta normativa prevê que a gestão dos sistemas de água e dos resíduos sólidos seja feita em exclusivo pelas câmaras municipais. O art.º 78 tem um regime transitório mas diz que os municípios devem assegurar a progressiva extinção das situações da prestação de serviços de água e resíduos, por freguesia ou associações de utilizadores, num prazo máximo de cinco anos, a partir da entrada em vigor deste Decreto-lei. O período de cinco anos está a chegar ao fim.

Até à regularização prevista no artigo anterior as entidades titulares devem inventariar e comunicar à entidade reguladora as situações ainda existentes nos respetivos territórios, devendo as Juntas de Freguesia e as associações de utilizadores aplicar aos consumidores finais tarifários idênticos aos aprovados para o município, respetivo.

Este Memorando de Entendimento é trazido aqui para que possa ser aprovado na generalidade, como foi feito na Câmara Municipal. Não é para o encerrar hoje aqui, mas sim para procurar a discussão sobre a gestão dos sistemas de água que hoje é feita pelas Juntas de Freguesia.

Proponho que os partidos aqui representados assumam o compromisso de manterem na esfera municipal, enquanto for vontade das populações, e dos Órgãos da freguesia, a gestão dos sistemas de água que hoje são geridos pelas Juntas de Freguesia; que um imperativo da lei não sirva amanhã, para que a Câmara Municipal passe esta competência para outrem, ou a privatize.

Começamos hoje esta discussão, de uma forma aberta e este memorando pode melhorar-se, com a apresentação de propostas, para que na Assembleia Municipal de Fevereiro de 2015 seja aprovado o documento final e possa ser subscrito por quem o entender. O apelo que se faz é que ele seja subscrito pelo atual Presidente da Câmara, pelos líderes dos Grupos Municipais aqui representados e venha a ser assinado pelos líderes dos Partidos Políticos a nível local. Isso significará um compromisso para no futuro manter a gestão dos sistemas de água na esfera do domínio municipal.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – cumprimentou os presentes e disse que neste ponto é solicitado um pacto de memorando. Um pacto de memorando desta natureza pressupõe, por definição, acordo, negociação, entendimento entre todas as forças políticas.

“Estaremos sempre dispostos a viabilizar uma solução desta natureza. É salutar e democrático. Mas neste caso o ponto 11 da ordem de trabalhos não poderia ainda existir porque ao existir está já a ferir de morte esta possível negociação ou acordo. Afinal o que é que se vai acordar ou negociar. O que seria normal é que a partir da viabilização do pacto fosse aberto um período de consultas entre todas as forças políticas e o executivo, com vista à elaboração e negociação, em consenso, e



posteriormente apresentar o contrato interadministrativo de delegação de competências na próxima Assembleia Municipal a realizar em Fevereiro. O que aqui é proposto é a aprovação de um documento já elaborado e formatado pelo executivo, que só agora conhecemos e para o qual nada contribuímos. O executivo tenta abrir uma negociação ao acordo quando à partida o “jogo” já, por si, está viciado. No entanto o Grupo Municipal do Partido Socialista ainda está disposto a viabilizar este acordo se o executivo aceitar as seguintes sugestões/condições: 1 – que o executivo municipal assumira, desde já, que a distribuição de água em baixa, no concelho nunca será objeto de concessão ou alienação a terceiros, comprometendo-se a Câmara a assumir neste mandato, este relevante serviço público aos munícipes; 2 – que o executivo municipal defina não um preço mínimo, como é sua intenção, mas um teto máximo razoável pelo preço da água a cobrar, em cada freguesia do concelho, tendo em vista a proteção da economia familiar das pessoas, já duramente atingida pela atual crise; 3 – que defina com precisão, no contrato interadministrativo a celebrar com cada uma das freguesias, qual o custo efetivo do processo administrativo de cobrança e faturação e qual a percentagem final mínima, que transitará para a freguesia cada mês, após a cobrança, como compensação pelo seu serviço.

Se o executivo aceitar estas sugestões/condições estaremos dispostos a estudar a viabilização deste acordo.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que este assunto lhe merece uma forte reflexão.

“Avocado constantemente o passado, eu sou um dos deputados municipais que tem que ver com esse passado e quero trazê-lo a esta Assembleia Municipal. Faço-o porque a Câmara tomou e se calhar bem, a iniciativa de enviar para todos os deputados municipais, a ata onde foi tratado, à época, o assunto da água. Tive uma intervenção nessa Assembleia Municipal, que consta da respetiva ata, e assumo integralmente o que disse e assumo integralmente, a decisão que tomei. Quero lembrar aos Senhores deputados e ao executivo camarário que à época a questão não era meramente da água, mas tinha a ver também com o tratamento dos resíduos. Na época Chaves já tinha um problema enorme de fornecimento de água; no verão havia uma série de pontos da cidade e de edifícios onde a água não chegava. Para além disso associa-se uma nova legislação que cria parâmetros rigorosos de qualidade da água e responsabilizava criminalmente os fornecedores da água aos utentes. Isto gerou uma forte ponderação, à época, de qual a melhor solução em termos de fornecimento de água, à população da cidade. Também se colocava o problema da poluição do Rio Tâmega e dos seus efluentes e ainda da estação de tratamento de resíduos que existia e que era totalmente ineficaz.

Nessa altura o governo português e as autoridades europeias propõem a criação das Águas de Portugal e a subsidiária Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro que se propunham fazer um grande investimento, que foi realizado no Distrito, nomeadamente a captação de água em quantidade e qualidade, a construção de emissários e a construção da ETAR que hoje temos, altamente eficiente. É verdade que o PSD à época se opôs e apresentou, efetivamente, algumas alternativas em termos do fornecimento da água, mas nunca apresentou alternativas em termos do tratamento das águas residuais. A Autarquia não tinha possibilidades financeiras que



Ihe permitissem executar as obras que foram realizadas. Também é verdade que, à época, defendemos sempre a possibilidade da distribuição em baixa também ser feita pela empresa mas também defendemos que a distribuição em baixa deveria ser uma função das Câmaras. Se os municípios deixam de exercer as funções para as quais têm vocação, qualquer dia deixamos de ter razão de existir e reparem que já deixámos de exercer muitas funções para as quais tínhamos vocação. Nessa época defendemos que a distribuição em baixa deveria ser da Câmara Municipal porque tínhamos duas realidades distintas; tínhamos uma rede de distribuição do município, feito com investimento do município e tínhamos uma larga rede de distribuição rural e muita desta rede rural é propriedade das populações, assim como as captações. Mas tínhamos outras duas realidades: os habitantes do mundo urbano estavam habituados a pagar água, porque sempre a pagaram, mas os do mundo rural não. Os habitantes das zonas rurais começaram há pouco tempo a pagar a água e os valores que pagam não tem nada que ver com os valores que se pagam no mundo urbano. As Juntas de freguesia passaram a contratar a prestação de serviços de análises e desinfeção da água que chega às populações.

Nesta problemática das águas a nossa preocupação, embora compreenda que há uma lei que impõe regras, não é que a Câmara assuma competências e que faça contratos com as Juntas de Freguesia nas condições que vêm na proposta, em que a Câmara faz o tratamento e faz a cobrança e o remanescente fica para as freguesias. Mas qual é o valor do remanescente, depois de todas as despesas feitas? O meu medo é que a Câmara possa entregar a distribuição das águas, em baixa, à ATMAD. Se assim for passamos a ter uma empresa que embora pública, tem um estatuto privado. Eu não duvido que a Câmara tenha um enorme prejuízo com a água mas tem-no porque há muitos anos, por uma opção legítima dos diferentes executivos camarários, decidiram não investir nada na renovação da rede de distribuição em baixa. Não são valores oficiais, mas toda a gente diz que há uma perda na ordem dos 30 a 40% de água; é paga à entrada na rede e como se perde pela deficiência da mesma, não é cobrada à saída. Certamente se tem havido outro tipo de políticas os prejuízos não seriam tão grandes e provavelmente a Câmara Municipal até estaria em condições de subsidiar um pouco o preço da água. Na última sessão desta Assembleia Municipal eu perguntei se a Câmara estava a pagar a água às Águas de Portugal, e o Senhor Presidente disse-me que não. Nessas circunstâncias o valor da dívida da Autarquia à empresa está a subir mensalmente e se no futuro, tal como se prevê, o Senhor quer negociar com esta empresa o pagamento da dívida, quanto maior esta for, menor é a capacidade negocial e isso vai cair-nos a todos em cima”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que peça, a peça, se vai cumprindo um plano que o Partido Socialista tem e esteve sempre na cabeça do Eng.º José Sócrates como cabecilha. Foi com ele, quando Ministro do Ambiente, que se criaram todas estas situações.

“A argumentação do Senhor deputado Anselmo Martins pode parecer válida porque a alienação de bens essenciais públicos não pode ser condicionada com dificuldades em fornecer o saneamento ou com dificuldades na captação de água, porque depois, aquilo que parece uma incapacidade da autarquia, parece ser exclusivo desta autarquia, mas não o é. É de todas e se é de todas pressupõe-se que o defeito não



está nas autarquias mas sim na forma como se legislou e como os autarcas, a nível nacional, quer do PS, quer do PSD, capitularam e permitiram uma situação que agora não sabem como resolver - estão cheios de dívidas. Os autarcas eleitos pelo PS foram os únicos que não capitularam. Esta situação começou na União Europeia mas em Portugal, nos governos do Partido Socialista teve um seguimento culminante e agora estamos aqui a dizer que não podemos fazer nada. É a lei. Também é a lei que agora nos obriga a tirar às freguesias um bem que é seu e da qual nada de bom se pode esperar. Daqui a dez anos as pessoas das freguesias estarão a pagar um valor muito elevado pela água, que no passado era impensável. O plano, que sempre existiu na cabeça do governo do Partido Socialista e na cabeça do Ministro Eng.º Sócrates, vai levar à privatização das Águas de Portugal. Sempre percebemos que a estratégia era criar legislação na União Europeia ao serviço das multinacionais da água.

É curioso que regressei há dois dias de Itália e esta questão estava ser discutida exatamente no mesmo ponto. Legislação que obriga a analisar a água de «dez em dez minutos» porque senão não está boa. Aproveitam uma parte de verdade para levar ao extremo condições que depois são impossíveis de executar, a não ser sob a forma privada. As autarquias comprometeram-se, através de protocolos, com consumos de água completamente desproporcionados - não ajustáveis à realidade - e não tiveram em linha de conta a enorme perda de população do interior que provoca a diminuição de consumo de água que, nalguns concelhos, é duas/três vezes inferior ao dessa altura e foi assim que o Partido Socialista e depois o PSD venderam um bem público. Esta lei é injusta e tem de ser revogada. Temos de partir sempre do princípio que a água é um bem público e não se pode transformar num negócio que muita gente já disse que no século XXI vai ter maior peso de que o petróleo”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que se está a discutir um memorando de entendimento e perguntou se a Câmara Municipal já deu parecer, se sim, qual foi o parecer que deu, relativamente ao pedido solicitado pelo Ministério do Ambiente no que diz respeito à fusão das quatro empresas e à nova concessão.

“Nesta discussão que estamos a fazer estão a ser misturados sistemas multimunicipais com sistemas municipais, com questões de abastecimento de água às freguesias e com a questão da possibilidade, ou não, de estas poderem ser entidades gestoras. Lendo alguns dos documentos que fazem parte da nova proposta de concessão do sistema multimunicipal do norte, pergunto se em locais de menor densidade populacional, até 300 pessoas, por exemplo, não haveria a possibilidade desses abastecimentos, poderem ficar autónomos; ficassem fora da concessão. Que fosse estudada a possibilidade técnica de pequenas localidades poderem continuar a gerir os seus sistemas de água, cumprindo os padrões de qualidade, mesmo que seja só durante mais algum tempo.

A questão da água será sempre uma questão muito discutida e, pessoalmente, entendo que a água não deveria ser objeto de privatização fosse em que modalidade fosse. Estamos a falar de um bem essencial à vida.

Em 2001 houve uma decisão, com oposição do PSD, de adesão à empresa e ao sistema multimunicipal e pergunto se não seria possível revertê-la. O contrato foi



assinado em Novembro e o PSD ganhou as eleições em Dezembro e tomou posse em Janeiro de 2002. Não teria sido possível, nestes doze anos, ter revertido essa decisão e ter saído da empresa. Nunca essa posição foi aqui discutida e nem houve nunca uma proposta nesse sentido.

Se hoje, em 2014, não for possível sair do sistema multimunicipal, por razões financeiras, porque terá de haver o pagamento de investimentos que foram feitos, entendemos que este novo contrato de concessão deve ser bem discutido nos aspetos que nos são mais desfavoráveis, alguns dos quais já foram aqui enunciados, nomeadamente os consumos mínimos, questão da formação da tarifa e questão de atualização da tarifa. São três questões essenciais que devem ser objeto de aturada discussão”.

JOSÉ JOAQUIM ALVES LIMA - Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz e Sanjurge – cumprimentou os presentes e disse que o que se está a propor com a discussão deste ponto é que os sistemas de água das freguesias, na impossibilidade de cada uma delas continuar a fazer a sua gestão, porque a lei assim o determina, continuem na gestão camarária, indeterminadamente.

Estamos a falar de um entendimento entre todas as partes e o Senhor Presidente disse no início, que este memorando está aberto à discussão, e ao aporte de sugestões para o melhorar. As populações rurais manifestaram desconforto em relação à eventualidade de a água passar para outras entidades e deixarem de estar no seu domínio.

Com esta discussão pretende-se comprometer a Câmara e os partidos aqui representados, para que em conjunto assumam o compromisso de que no futuro os sistemas de água das freguesias, se manterão sempre na esfera da sua gestão. Neste momento há dois sistemas: o sistema municipal e o de gestão das freguesias. Na ausência de medidas legislativas que contrariem este nosso comprometimento, as partes que assinarem o pacto comprometem-se a perpetuarem, no domínio municipal, a gestão dos sistemas de água das freguesias que, até 31 de dezembro, manifestem vontade de continuarem na gestão municipal. Com esta obrigação, os pontos que lá estão enunciados e que podem ser enriquecidos, garantem algum conforto às populações ao haver um documento subscrito por todos, a garantir que a água não passará para outra entidade.

Terminou desejando a todos os presentes e famílias um Santo Natal.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Disse que supunha que o assunto em discussão neste ponto fosse mais pacífico dado que foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro disse que se estão a misturar coisas diferentes mas continuou a discussão misturando as coisas. Se houver entendimento diferente do que está previsto na lei, digam. A lei foi aprovada e publicada em 20 de Agosto de 2009 na vigência de um Governo do Partido Socialista e até à data não sofreu qualquer alteração. O art.º 78º desta lei diz que a gestão dos sistemas de água nas freguesias se mantém em regime transitório, terminando no dia 31 de dezembro de 2014 e se não apresentasse aqui este memorando de entendimento não havia nenhuma alteração ao que a lei dispõe. Mas a lei diz que a partir do dia 1 de janeiro



de 2015 a Câmara é obrigada a fazer a gestão dos sistemas de distribuição de água em todo o território.

O proposto é rigorosamente da forma que o Senhor deputado José António Trindade Mendes sugeriu. É apresentado um memorando, de forma aberta, onde podem ser introduzidas sugestões para o melhorar. Em 2001 tivemos de votar na Assembleia Municipal, sem qualquer tipo de discussão prévia, a entrada, ou não, para o sistema multimunicipal. Havendo o risco de amanhã outro executivo municipal querer passar para outra entidade, a gestão dos sistemas de água, que hoje é gerida pelas freguesias, o que aqui se propõe é que haja um compromisso de todos para essa gestão se perpetuar na esfera municipal. Isto no que se refere exclusivamente à água que hoje é gerida pelas freguesias porque na que respeita à Câmara Municipal, disse e repito que não há outra alternativa a não ser negociar com as Águas de Trás-os-Montes para que façam também a distribuição.

O Senhor deputado Anselmo José Martins fez um retrato perfeito do que se passou na Assembleia Municipal em 2001. Foi dito agora que nos doze anos subsequentes a 2001, podiam ter sido feitos investimentos tais como reestruturar a rede e eu pergunto: porque é que que isso não foi feita nos doze anos de gestão socialista até 2001. Porque é que nessa altura não havia água em quantidade e qualidade? Deixaram arrastar desde 1989 até 2001 não fazendo investimentos, como fizeram outros municípios para obterem água em quantidade e qualidade. Havia água com qualidade na cidade, no período de inverno, que resultava dos furos feitos na veiga antes de 1989 por uma entidade externa, no âmbito do PDRITM. No verão a água não chegava e tinha de ser adicionada uma captação de menos boa qualidade junto ao Tâmega. O mesmo acontecia com o sistema de Vidago que, por ser insuficiente, tinha de ser adicionada uma captação existente em Souto Velho, também de menos boa qualidade. O sistema de Vidago era de má qualidade, mas o de Vila Verde da Raia era de péssima qualidade e necessitava de intervenção urgente.

Então o retrato aqui apresentado, que serviu de argumentação para que se entregasse a água a uma entidade com capacidade de investimento, esse mesmo retrato não serve agora para entregar a distribuição a essa mesma empresa que tem capacidade de investimento, ao invés da Autarquia? O argumento é rigorosamente o mesmo; estamos a falar de concessão pelo período de trinta anos e não de privatização.

Quando foi assinado o contrato de adesão ao sistema multimunicipal, de água e tratamentos de águas residuais, o preço então contratualizado foi de 43 centavos/m³; hoje está em 70 centavos/m³, por uma decisão completamente unilateral das Águas de Portugal que tem a maioria do capital. Como é possível fazer distribuição vendendo os primeiros 5m³ a 49 centavos, quando já é comprada a 70 centavos, mais as perdas. Associada à capacidade de investimento, verifica-se que a alternativa é muito semelhante à que havia em 2001.

Quanto à distribuição deixo esta reflexão. Em 2021 termina a concessão que a Câmara Municipal de Chaves fez à EDP, para distribuição de energia elétrica. Quem cá estiver nessa altura, em vez de abrir concurso para nova concessão, decide fazer a sua distribuição; estamos também a falar de um bem fundamental para a vida de todos nós. Distribuir energia elétrica ou distribuir água, são situações semelhantes.



Centrando-nos de novo no assunto em discussão, aquilo que se está a propor neste memorando é que cada um possa aportar sugestões que reflitam, de uma forma mais abrangente as vontades coletivas; o bem essencial para as populações é a água nas origens, é ser donos da raiz; depois disso vamos tratá-la e distribuí-la. Nos sistemas que atrás referi – Chaves, Vila Verde da Raia e Vidago – perdemos o bem na raiz. Em Chaves temos de comprar água para a distribuir e aqui não existe habilidade nenhuma. A vantagem está na captação e a partir daqui, porque o bem é nosso, podemos praticar preços diferenciadores na distribuição. Com este memorando queremos que hoje e no futuro os executivos, quaisquer que eles sejam, mantenham na esfera municipal a distribuição de água que agora está na esfera das freguesias. Se esta legislação vier a ser alterada e volte a permitir que a distribuição seja feita pelas freguesias, podemos deixar salvaguardado que se afete novamente a sua distribuição àquelas que o desejem.

O Senhor deputado Trindade Mendes disse que este ponto não tem razão de existir antes do que vem a seguir mas eu discordo; pode não haver nenhum memorando de entendimento por não o assinarem mas isso não retira da esfera da Câmara Municipal a gestão da água porque é a lei que assim obriga. O que se propõe através do contrato interadministrativo é que possamos partilhar a gestão. Serem as freguesias a distribuir a água não é exclusividade do concelho de Chaves, mas a verdade é que na maior parte dos concelhos do País, a distribuição de água é feita pelas câmaras municipais, na totalidade do seu território, há muitos anos. Chaves tem mantido esta situação e bem, que se prende com outra situação; somos dos municípios que ao longo dos anos mais protocolos fizemos com as freguesias e daí este relacionamento estreito que temos. Tem sido essa a nossa matriz, tando em executivos do PS como do PSD.

A rede de distribuição de água é património municipal, independentemente de quem a construiu e não dá lugar ao pagamento de rendas pela utilização de uma infraestrutura que já é municipal. De referir que desde 2002, sempre que foram executadas redes de saneamento nas freguesias, foram, simultaneamente substituídas as condutas de distribuição de água. Na origem da água, independentemente de estar em espaço público ou em privado, eventualmente, poderia haver lugar ao pagamento de alguma renda pela utilização do bem e se isso acontecesse, esse pagamento iria refletir-se no consumidor. Não pode ser de outra forma. A Autarquia não quer ter lucro com a distribuição de água, mas também não pode ter prejuízo.

Esta é a primeira vez que um documento desta natureza vem à Assembleia Municipal com a finalidade de recolher os contributos de todos aqueles que queiram contribuir, e possa ser assinado, salvaguardando assim a permanência dos sistemas de água nas freguesias.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – voltou a usar da palavra para dizer que em 2001 não alienaram água nenhuma. A Câmara passou a comprar água e continuou a ser detentora da água que tinha.

“A chamada barragem das Nogueirinhas tinha como único objetivo apoiar o sistema de regadio do vale de Chaves. Preventivamente fez-se uma desflorestação para,



numa situação de extrema necessidade, numa emergência, se poder utilizar a água da barragem para fornecimento público.

Nessa época, quando começou a faltar água, na cidade de Chaves, equacionaram-se várias possibilidades para resolver a situação. Chegou a pensar-se fazer furos na serra do Brunheiro, mas ali não havia água; pensou-se em abrir novos furos na veiga mas verificou-se que não iam trazer mais água. Foi este conjunto de situações que fizeram a Autarquia de então tomar a decisão de aderir à Empresa Águas de Trás-os-Montes. Não teria sido a melhor decisão, apesar de eu, pessoalmente entender, que foi uma boa decisão.

Todos nós andamos na política há muitos anos e sabemos bem qual é o sentir das populações rurais, que sempre tiveram água, consideram-na sempre como um bem próprio e agora têm medo de verem esse bem alienado, sem terem as respetivas contrapartidas. Tem de ser o Senhor Presidente da Câmara a tranquilizar as populações”.

Terminou desejando a todos um Feliz Natal e um Ano Novo melhor do que o de 2014. **NUNO VAZ RIBEIRO** do PS – disse que de facto é a primeira vez que vem à Assembleia Municipal uma proposta de memorando.

“Na nossa opinião, se queriam discutir um memorando que pudesse enquadrar esta questão, que visa somente acalmar o sentimento de alguma angústia e preocupação das freguesias, certamente faria mais sentido que se chamassem os líderes partidários para discutirem os termos, já que em seguida tem de ser votada, ou não, a matriz do protocolo. Seria mais adequado que esta discussão tivesse ocorrido há um mês ou dois e trazer hoje uma decisão definitiva sobre esta matéria. Na prática só se poderá tomar uma decisão sobre esta matéria em fevereiro e não faz sentido estar agora a decidir sobre a matriz.

Gostava de saber quantos sistemas municipais em baixa, existem por cada freguesia. Para mim existe apenas um sistema municipal que abrange todo o território. O PS tem a opinião de manutenção do sistema para todo o território concelhio. Se esse pressuposto for garantido assinamos o protocolo. Se assim não for não estamos em condições de o subscrever. Deixo uma sugestão a considerar: já que a Câmara não transfere valores de relevância para as freguesias, faça protocolos a assumir os custos do tratamento e os custos da cobrança.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que foram colocadas. É irrelevante que o Partido Socialista se queira comprometer para o futuro com a manutenção da gestão dos atuais sistemas de distribuição de água das freguesias na esfera do Município de Chaves. Querer misturar esta questão com a situação da Autarquia perante a Empresa Águas de Trás-os-Montes é não querer participar na discussão e não querer garantir que no futuro a água que hoje é gerida pelas freguesias se perpetue na gestão municipal. Este ónus fica com o Partido Socialista. Comprometo-me com os Senhores Presidentes de Junta que enquanto for Presidente da Câmara e a lei me obrigar, a gestão da água que hoje é feita pelos Senhores Presidentes de Junta, será feita pela Câmara Municipal. Havendo um memorando de entendimento esse compromisso perdurará no tempo; não havendo um memorando de entendimento o próximo Presidente da Câmara e o seu executivo farão o que muito bem entenderem.



Misturarem o custo de distribuição que hoje temos, com os sistemas em alta, que compramos às Águas de Trás-os-Montes, não são situações misturáveis. Passaremos a ter dois sistemas no concelho. O sistema de distribuição pode ser único com organização de gestão diferentes em que numas localidades, a água que é distribuída, é comprada às Águas de Trás-os-Montes e noutras a água que é distribuída é aquela que a natureza nos dá.

É incomportável manter o sistema conforme hoje está e ter um défice anual entre um milhão e duzentos mil e um milhão e quinhentos mil euros. O retrato que o Senhor deputado Anselmo Martins fez de 2001 é real e reflete-se hoje em 2014, na distribuição. Em 2001 o Senhor deputado Anselmo disse que a Câmara não tinha capacidade financeira para fazer o investimento que fez a empresa Águas de Trás-os-Montes. Eu afirmo que em 2014 a Câmara não têm capacidade financeira para fazer a total remodelação da rede de água e diminuir as perdas, para poder manter o atual nível de preços ao consumidor e diminuir o défice.

O que está aqui em causa é este memorando de entendimento, que não compromete em nada dado que está aberto à discussão para ser melhorado com contributos e na Assembleia de fevereiro aprova-se de forma definitiva e será assinado por quem quiser.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 39 votos a favor, 5 abstenção (2 do MAI e 3 dos Presidentes de Junta de Águas Frias, Lamadarcos e Paradela), e 12 votos contra, (10 votos do PS, 1 da CDU e 1 do Presidente da Junta de Freguesia de Travancas). Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Partido Socialista**, na pessoa do **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro**, apresentou a seguinte declaração de voto: “no que respeita a esta questão da água o nosso posicionamento e entendimento é que as juntas de Freguesia devem não só continuar a gerir o sistemas do qual são entidades gestoras, neste momento e no futuro. O nosso voto contra não foi por não entendermos que devem fazer essa gestão agora e no futuro. O nosso compromisso é válido para este mandato e será válido para o futuro. O que nós dizemos é que esse entendimento deveria ser extensível a todo o sistema municipal e daí o nosso voto contra. Na nossa opinião as freguesias que vierem a assinar o protocolo interadministrativo, devem poder beneficiar de uma mudança do seu clausulado no sentido de que não incorram em nenhum custo “.

O **Senhor Presidente da Mesa**, passado o tempo regulamentar perguntou à Assembleia se se opunha à continuação dos trabalhos. Ninguém se opôs.

PONTO 11 - APROVAÇÃO DA MATRIZ DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E AS DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 122/GAP/2014.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o que está agora em discussão é apenas uma matriz global que depois se concretizará em contrato interadministrativo a cada freguesia, que assim o entenda.



Este assunto também não tinha de vir à Assembleia Municipal. Veio por uma questão de transparência e para que todos percebam o que se pretende fazer. Depois, cada uma das freguesias que entenda celebrar o contrato com a Câmara Municipal, será elaborado um documento de fundamentação técnica e económica, para estabelecer o contrato interadministrativo. Já foi dito por diversas vezes aos Senhores Presidentes de Junta que a Câmara não quer ter lucro com os sistemas das freguesias, mas também não quer ter prejuízo; os Senhores Presidentes de Junta sabem bem quais são os custos de manutenção para fornecer a água com qualidade e em quantidade e esses custos irão passar para a responsabilidade da Câmara e será o valor desses custos que a Autarquia irá retirar.

Vamos argumentar junto da entidade reguladora para que possa haver dois preços por m³ de água no concelho de Chaves. O preço do atual sistema em alta é estabelecido com a empresa Águas de Trás-os-Montes, em função das negociações que estão a decorrer e tem um preço de referência de 27€ por dez metros cúbicos de água e saneamento. O preço a praticar nas freguesias, queremos, forçosamente, que seja mais baixo, mas temos de o propor à entidade reguladora e é a entidade reguladora que dará parecer favorável ou desfavorável. Se der parecer desfavorável não temos alternativa senão voltar a fundamentar e propor novo preço. Não temos aqui autonomia. A lei 194/2009, de 20 de agosto diz: «...devendo as juntas de freguesia e as associações de utilizadores aplicar aos utilizadores finais, tarifários idênticos aos aprovados para o município respetivo», significando que hoje os preços já deviam estar harmonizados. As Juntas de Freguesia, nestes cinco anos, deviam ter implementado tarifário igual ao que a Câmara pratica, o que não se verifica; como já atrás disse vamos tentar que haja dois tarifários distintos – o das freguesias e o da Câmara Municipal.

Senhores membros desta Assembleia Municipal, se tiverem algum argumento juridicamente válido para que os Senhores Presidentes de Junta possam continuar a fazer a gestão da água, serei o primeiro a subscrevê-lo. Não vale a pena vir aqui com demagogia dizendo «por nós era a Junta de Freguesia que geria». Por mim também. Não fui eu que em 2009 elaborei esta lei que hoje sou obrigado a cumprir. Quando somos eleitos é para as coisas boas e para as coisas más e todos somos obrigados a cumprir a lei.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

RUI MANUEL BRANCO RODRIGUES, Presidente da Junta de Freguesia de Vidado, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos – disse que este é um assunto complicado para os Presidentes de Junta porque somos nós que estamos a sentir, no terreno, a dificuldade de lidar com as pessoas, dada a necessidade que temos de cumprir a legislação.

Fiquei um pouco surpreendido com alguns Senhores deputados ao saber que não estão disponíveis para assinar o memorando de entendimento. Na minha freguesia fazemos a gestão de quatro sistemas (Selhariz, Fornos, Valverde e Vilarinho das Paranhos). Para informar as populações, realizámos duas sessões de esclarecimento e as pessoas perguntaram-nos se autorizarmos a passagem da água para a Câmara, com o que vai ser no futuro.



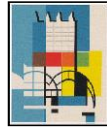
A proposta do Executivo, de haver um entendimento para que no futuro, independentemente de quem seja o Presidente de Câmara, possamos dar esta garantia às populações, é importante. Ficou claro hoje aqui que nem todos estão do nosso lado; não estão do lado das Juntas de Freguesias. É pena que assim seja.

De facto o Decreto-Lei 194/2009 no seu art.º 78 refere uma fase de transição. É certo que as Juntas de Freguesia, infelizmente não se preocupam muito em estar devidamente informados, mas o executivo anterior também nos devia ter alertado para esta situação. Passaram cinco anos e nada foi feito. Entretanto somos confrontados com a obrigatoriedade de ter de transferir a gestão dos sistemas ou para o Município, ou para a empresa Águas de Trás-os-Montes.

Este contrato entre cada uma das Juntas de Freguesia e o Município o que prevê, muito claramente, é que a Câmara faz o controlo e tratamento da água, faz a emissão das faturas e faz a contagem. As Juntas de Freguesia fazem o que já vem fazendo até aqui e que é a vigilância da rede, a vigilância das roturas e o controle para que tudo funcione. É isso que as populações querem porque querem continuar a sentir que as Juntas estão perto e que estão ali para os ajudar. Nesta fase de transição e por tudo que fui lendo ao longo destes tempos, quem sabe se esta situação não é revertida e sejamos nós a fazer novamente a gestão da água. A meu ver, esta proposta da Câmara Municipal vai de encontro àquilo que possam ser as nossas necessidades, no dia-a-dia, em que continuamos a fazer um apoio muito concreto às nossas populações e o Município faz o controlo, porque não podemos contornar a lei. A partir de janeiro, se acontecer alguma coisa a algum utente, a responsabilidade deixa de ser nossa e passa para a Câmara. Sabemos que não vai ser possível ao município começar a fazer o controlo logo em janeiro; foram encetadas diligências atrás do Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias, junto das entidades respetivas, para continuarem a fazer a manutenção do controle de qualidade da água, enquanto o processo não estiver todo agilizado e é isso que vamos continuar a fazer.

Lembro ainda que a tabela que está anexa ao contrato é ligeiramente mais baixa, por exemplo em relação à freguesia de Vidago, em que temos uma taxa fixa de 4€/m³. Aqui estão a ser propostos 3€/m³. A grande dificuldade e percebo isso dos meus colegas Presidentes de Junta está nas localidades onde não se cobrava a água. Nessas situações um euro já é muito. Tenho o exemplo da minha freguesia. Em Vilarinho das Paranheiras, durante três ou quatro anos o anterior Presidente de Junta não fez cobrança; entretanto esta Junta emitiu um recibo com o valor de 4€ por pessoa e tenho tido alguns problemas em relação a isso. Por tudo isso esta transição vai ser difícil mas acredito que pode dar algum resultado. O mesmo aconteceu com a agregação de freguesias, em que ninguém queria; agora também não queremos esta situação mas a lei obriga-nos a cumprir e há freguesias em que dentro do próprio Executivo e na Assembleia há membros que não se querem pronunciar sobre a decisão deste assunto. Caso as freguesias não decidam para onde querem passar o sistema a Câmara informou que passará para as Águas de Trás-os-Montes.

Deixo duas sugestões à proposta: 1 – entendo que a avaliação no final de cada mês parece um pouco apertada – propunha que a avaliação dos custos que podem vir da faturação e da cobrança fosse trimestralmente; 2 – temos muitos depósitos em terrenos particulares e deve ficar salvaguardado que no futuro, se eventualmente vier



a haver uma passagem para uma entidade que não seja a junta ou a câmara, esses particulares devem ser ressarcidos do valor do terreno utilizado. O mesmo deve ser feito relativamente a outras situações que estão em terrenos baldios das juntas de freguesia.

Nas diversas reuniões realizadas com o Senhor Presidente da Câmara e na Assembleia Interfreguesias, já se falou muito sobre esta questão. Acredito que em conjunto vamos conseguir encontrar as melhores soluções para ultrapassar os problemas e cada Junta de Freguesia irá negociar com o Município as situações particulares que surgirem. Esperamos que no futuro possamos voltar a fazer o controlo da nossa água.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que a posição da sua bancada neste assunto é no sentido de abstenção.

“Presumo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago não tenha ouvido, com clareza, o que eu disse. Só assim percebo que tenha dito que o PS está contra a manutenção da gestão, por parte das Juntas. Não foi isso que foi dito. Aliás foi dito exatamente o contrário. O que efetivamente disse é que só não votamos a favor do memorando porque entendemos que essa solução devia ser para todo o sistema municipal. Continuamos a entender que a gestão e entidade gestonária de cada um dos vários abastecimentos que é feita em cada freguesia/localidade, deve manter-se na freguesia. E sugeri que, a ser assinado este contrato interadministrativo, os custos do tratamento, da faturação e da cobrança fossem dispensados. Nós defendemos os munícipes e os fregueses.

Feita esta correção a nossa posição sobre esta matéria é que cada uma das freguesias deve tomar a sua decisão, porque são os Órgãos da Freguesia que têm de se pronunciar sobre este tema.

O Senhor Presidente da Câmara disse que este documento não precisava de vir à Assembleia e se assim é então a competência não é deste Órgão. Podia não vir a matriz e vir logo a proposta de protocolo, por isso vamos abster-nos na votação deste ponto”.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 37 votos a favor, 15 abstenção (9 do PS, 2 do MAI, e 4 dos Presidentes de Junta de Águas Frias, Lamadarcos e Paradela e Travancas e Roriz), e zero votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

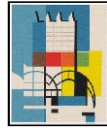
PONTO 12 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICIPIO DE CHAVES E A EHATB – ANO 2015. PROPOSTA 125/GAP/2014.

Não houve intervenções.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 13 - PROPOSTA PARA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. PROPOSTA Nº 124/GAP/14.

DEPUTADA GISELA ESPIRITO SANTO do PS – cumprimentou os presentes e disse que o Partido Socialista vai votar contra a proposta para alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Social.



“O Partido Socialista defende, desde sempre, princípios e valores de participação democrática e transparente, da sociedade civil na reflexão e apoio à definição de apoio às políticas locais. É precisamente este desiderato que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Social deve afirmar e assumir. Surge agora uma proposta de alteração do Regulamento Municipal de Desenvolvimento Económico e Social, baseada somente no processo de designação dos membros deste Órgão que, põem em causa, na nossa perspetiva, o princípio da participação pública, individual e coletiva, na definição das políticas municipais. Este Executivo propõe que os membros do Conselho em referência sejam unicamente indicados pelo próprio executivo da Câmara Municipal, contrariando todo o fundamento subjacente à sua existência.

O que se pretende é que seja o executivo municipal a identificar, a escolher, a indicar a composição de um Conselho que seria consultivo. Como é possível quarenta anos após o “25 de Abril” partir-se deste pressuposto e propor-se um Regulamento que inibe organizações empresariais, a agricultura, a indústria, o comércio, os serviços, o turismo, de designarem os representantes de cada um dos setores. Como é possível, neste tempo, este executivo ter a pretensão de substituir a ordem dos médicos, dos engenheiros, dos arquitetos, dos enfermeiros e dos técnicos de contas, na indicação dos seus representantes para este Conselho. Como pode este executivo sobrepor-se aos conselhos municipais de educação, de ação social, de juventude e de segurança, na nomeação dos seus titulares representantes. Até o representante das organizações representativas das pessoas com deficiência deixa, neste Regulamento, de ser indicado pelas associações respetivas, passando o executivo a efetuar, uma vez mais, a escolha do elemento representante. Com todo o respeito, apenas o arcepreste de Chaves, que é apenas um no Concelho, não carece da nomeação do executivo camarário. Não é aceitável que um Órgão desta natureza, com as competências que lhe estão adstritas, em altura de novos instrumentos financeiros, com impacto no desenvolvimento local, se subjugue a eventuais interesses partidários e relacionais.

As escolhas podem indiciar, no mínimo, pouca transparência e a participação cívica, plural e burocrática ficará, irremediavelmente, comprometida. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Social não pode ser uma mera caixa-de-ressonância deste executivo camarário, que sirva apenas para corroborar e aprovar o que a Câmara lhe propuser.

O processo de designação dos membros deste Órgão, apresentado na presente proposta de Regulamento não é democrático e, nesse sentido, não garante a independência deste Conselho. Não esperava, Senhor Presidente, com todo o apreço e respeito pessoal, que nesta era fosse possível propor um Regulamento de domínio, de controlo e de fechamento. Parecia improvável que alguém pensasse poder liderar um processo de escolha de um Conselho sem uma abertura que é de facto o móbil do próprio Regulamento e do próprio objeto de intervenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e Social. O partido Socialista irá votar contra esta proposta de Regulamento, que consideramos inaceitável”.



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu dizendo entender toda a argumentação que a Senhor deputada Gisela Espirito Santo apresentou. Subscreveria-na na íntegra se isto fosse um Conselho previsto na lei.

Esta proposta poderia ser feita sem esta formalidade. Não estou inibido de convidar um conjunto de cidadãos para, de vez em quando, partilharem comigo ou com o executivo municipal, reflexões sobre a nossa vida comum. Entendam isso desta forma. Isto teve um modelo anterior que não veio a esta Assembleia Municipal e foi solicitado às respetivas ordens que indicassem os seus representantes. Não indicaram. E como depois não funcionou bem, porque não havia vontade em participar, num órgão Consultivo (que não tem qualquer poder), o Órgão executivo municipal, entendeu convidar personalidades das diferentes áreas para partilhar reflexão.

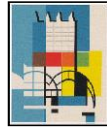
Quanto à participação cívica dos cidadãos devo lembrar que o executivo anterior e o atual também inovaram, na forma de querer ouvir os cidadãos. No modelo anterior de “Dar Voz ao Múncipe” em que, com algum atrevimento, diria eu, o executivo municipal se apresentava num auditório perante quem se quisesse sentar em frente, sem nada previamente acordado, as pessoas podiam questionar diretamente o município sobre o que quer que fosse, da nossa vida coletiva. O modelo fracassou porque não houve adesão.

Nesta nova versão, de “dar Voz ao Múncipe” pretende-se estimular a participação dos cidadãos; os múnicipes apresentam perguntas por escrito e depois são convidados, em pequenos grupos de seis ou sete pessoas, a irem à Câmara Municipal para discutir as perguntas que fizeram, para aprofundar, discutir e dar respostas. Isso está disponível desde setembro e até hoje entrou apenas uma pergunta que é de um cidadão com quem eu comentei que este serviço está disponível mas que ninguém participa. Isto é como um Conselho Consultivo; não tem poder para mais. São convidadas pessoas que queiram participar; se este modelo começar a surtir efeito, pode ser que de futuro se evolua para a forma como a Senhora deputada disse, em que as ordens, as associações e outras entidades designem os seus representantes. Para isso é necessário haver vontade em participar e o que se tem verificado é que essa vontade não existe.

O outro modelo que temos de participação cívica é “A Minha Rua”. Neste modelo que é controlado e escrutinado a nível nacional, há mais gente a participar. O outro modelo é o “Orçamento Participativo”. Da minha perceção em termos das redes sociais o assunto mais discutido, com comentários de muito sentimento, é a Praça General Silveira. No “Orçamento Participativo” ainda não entrou uma única proposta que referisse a alteração da Praça General Silveira.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 38 votos a favor, 2 abstenções (1 do CDS, 1 do PS) e 12 votos contra (3 do MAI e 9 do PS). Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Senhor Deputado Anselmo José Martins, do PS** apresentou a seguinte declaração de voto: “abstive-me dado que a criação deste Conselho Consultivo não decorre de imposição legal e é uma prerrogativa do Senhor Presidente da Câmara. Considero isto um grupo de amigos, que tem toda a legitimidade de reunir para lhe pedir conselhos”.



O **Senhor Deputado Nuno Vaz Ribeiro, do PS** apresentou a seguinte declaração de voto: “a nossa votação contra tem apenas uma motivação subjacente. Deste Órgão Consultivo, que se quer verdadeiramente consultivo e verdadeiramente informativo e esclarecedor, o que nós gostaríamos é que a nível municipal fosse criado, numa base de democracia e de representatividade, em que cada uma das instituições dos vários setores pudesse indicar os seus representantes. Desta forma corremos um risco de estar a falar mais de um grupo consultivo mais do PSD do que da Câmara”.

PONTO 14 - PROJETOS DE INTERESSE MUNICIPAL – PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIO: GFW GROWING FRESH WORLD, S.A. PROPOSTA N.º 32/GNE/2014.

Não houve intervenções:

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 15 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS. PROPOSTA Nº. 120/GAP/2014.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os pontos 15, 16 e 17 fossem discutidos em conjunto e a votação feita individualmente.

O **Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro** disse que em coerência com a posição da bancada do PS assumida em idêntica matéria em sessões anteriores, a sua intervenção pretende marcar uma posição. Entendemos que, no que concerne às freguesias, não às outras entidades, nomeadamente as Associações, a nossa perspetiva, dado que a fruição, o uso e o destino a que fica afeto esse imóvel – pode envolver investimentos relevantes - a minha sugestão é que se doasse o imóvel, com uma cláusula de reversão, que dissesse claramente qual era o uso e o destino, ou então que fosse apenas cedido o usufruto. A nossa votação será favorável.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que as Juntas de Freguesia sabem que quando o destino dos imóveis é para criar Centros de Convívio e apoios semelhantes, o melhor modelo continua a ser o comodato, independentemente do investimento que a freguesia esteja a fazer. Razão diferente é, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paradela sabe, que quando o objetivo é transformar o edifício da antiga escola num equipamento social, em que Segurança Social obriga a que o equipamento fique em seu nome, pode ser feita a doação, com o tal direito de reversão. O mesmo foi dito ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Curalha. Quando for para situações dessa natureza não limitaremos o desenvolvimento da freguesia nem o bem-estar das populações. Faremos a doação com direito de reversão.

Centros de convívio e coisas de menor dimensão, não devemos retirar o direito à Câmara Municipal de amanhã poder fazer a reversão. O investimento aí já não é tão significativo.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 16 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS. PROPOSTA Nº. 120/GAP/2014.



Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 17- CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROMESSA DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS. PROPOSTA Nº. 121/GAP/2014.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 18 - AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIÁ. PROPOSTA Nº. 116/GAP/2014.

Não houve intervenções:

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 19 – JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO – PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO INFORMAÇÃO DDSC Nº198/SE Nº75/2014.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que há municípios que não fazem protocolos com as freguesias, mas há outros que investem através de protocolos dois milhões de euros por ano.

Desde que foi publicada a Lei 75/2013, qualquer apoio às freguesias tem de ser aprovado na Assembleia Municipal e faz sentido que se apoie as freguesias, de acordo com as suas especificidades. Pedimos que igual tratamento para as freguesias que façam pedidos de apoio específicos e noutros domínios. Votamos favoravelmente.

Desejou a todos os presentes um Santo Natal e um Próspero Ano Novo.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 20 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE CHAVES, COM ESCOLAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, PARA EXPEDIENTE E LIMPEZA, TINTEIROS E OUTRAS DESPESAS - ANO LETIVO 2014/2015. INFORMAÇÃO/DDSC Nº207/SE Nº81/2014.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que a lei 75/2013 passou para a esfera de competência das Juntas de Freguesia a obrigatoriedade de fornecer material de expediente e de limpeza, de tinteiros e outras, mas não lhe atribuiu os meios financeiros respetivos; havendo hoje, infelizmente, algumas escolas de acolhimento, não seria justo que o Presidente da Junta da escola de acolhimento tivesse de suportar as despesas daquela escola quando ela não serve apenas a sua população. Com a atribuição deste apoio financeiro, foi a forma, que encontramos para apoiar escolas do 1º. Ciclo e Jardins de Infância, para que não se venha a onerar mais o orçamento dessas freguesias.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 21 – RECONSTRUÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A HABITAÇÃO, COMÉRCIO E SERVIÇOS, CERTIDÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI E/OU IMT – MARIA DAS DORES CARNEIRO TEIXEIRA – TRAVESSA DAS COURAÇAS N.º 7, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR –



INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA SRA. ARQ.^a SOFIA COSTA GOMES DE 08.10.2014.

Não houve intervenções:

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 22 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DEFINITIVA DO “PARQUE DE JOGOS DE VILAR DE NANTES”. DOAÇÃO DA SUA PROPRIEDADE. PETICIONÁRIA: JUNTA DE FREGUESIA DE VILAR DE NANTES. PROPOSTA Nº 126/GAP/2014.

DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PS – disse que o Grupo Municipal do PSD vai votar favoravelmente este ponto. Uma vez que é o último ponto antes de terminar a sessão desejou a todos os presentes e seus familiares um Santo Natal e que 2015 seja o ano possível de realização de êxito pessoal e profissional.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que a ordem de trabalhos da Assembleia tem tendência a ter cada vez mais pontos porque são cada vez mais os assuntos que obrigatoriamente têm de se submeter a este Órgão.

Sobre o ponto em discussão é de toda a justiça que seja feita a cedência para que a Junta possa dinamizar o Parque de Jogos, como pretende, que foi construído pela Câmara Municipal e que já está sob a sua gestão há alguns anos através de contrato de comodato. Vamos passar o Parque para o Património da Junta de Freguesia.

Aproveito para desejar mais uma vez a todos os presentes e na vossa pessoa a todos os flavienses, Festas Felizes e que 2015 traga a todos mais tolerância. Apesar de tudo esta Assembleia correu muito bem.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor Presidente da Mesa desejou a todos um Feliz Natal. Depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____